



Assembleia de Freguesia de Amora

ATA 06/2025

Aos dezoito (18) dias, do mês de Dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), pelas vinte horas e trinta minutos (20.30 h), reuniu a Assembleia de Freguesia de Amora, em 4.ª Sessão Ordinária, no Salão do Clube Recreativo da Cruz de Pau, sito na Rua de Bissau, em Cruz de Pau, e transmitida via “streaming” no Canal Youtube, foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Manuel da Silva Mogárrio, secretariada pelo 1.º Secretário, Albino Júlio da Silva Marquês e pela 2.ª Secretária, Joana Filipa Carvalho Bagão, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- 1º – Discussão e Aprovação da Ata n.º 4/2025;**
- 2º. – Período Aberto à População;**
- 3º. – Período Antes da Ordem do Dia;**
- 4º. – Período da Ordem do Dia:**
 - a) Apreciação e discussão do 4.º Relatório Trimestral de 2025;**
 - b) Proposta para apreciação e votação do Orçamento, Plano Plurianual das Ações (PPA) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2026 (a aprovar em Minuta);**
 - c) Proposta para apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Amora para o ano de 2026 (a aprovar em Minuta);**
 - d) Proposta para apreciação e votação da proposta de seguro dos eleitos para o quadriénio 2025/2029 (a aprovar em Minuta);**
 - e) Proposta para constituição de Grupo de Trabalho para eventual revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia.**

Estiveram presentes, para além do Presidente da Mesa e dos Secretários supra mencionados, os (as) Senhores (as), Adolfo Oliveira Torres, Amável Joaquim Casmarrinha Teles, Carlos Jorge Pereira Almeida, Carlos Manuel Silvestre dos Reis, Cristina da Conceição Candeias Pereira dos Santos, Deolinda Maria Flor Nunes, Fábio André Rosário Sousa, Joana Filipa Mendes Ferro, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, Lídia Antónia Lopes Almeida Duarte, Mário Miguel Lopes Simões, Miguel Fernando Jesus Fitas, Miguel Filipe Gaspar Marques, Patrícia Alexandra Neves Vincent, Rui Filipe Pratas Gonçalves, Susana Margarida Sousa dos Santos Medeiros e Telma Cristina Lopes Lima.

Não estiveram presentes, os seguintes membros da Assembleia:

Ricardo Filipe Nunes Pires Mestre (CDU- PCP/PEV) que requereu a sua substituição nesta Assembleia, por motivos profissionais, e foi substituído por membro da mesma lista política por que foi eleito, **Amável Joaquim Casmarrinha Teles**.

Filipa Catarina Romão Calqueiro (CDU- PCP/PEV) que requereu a sua substituição nesta Assembleia, por motivos particulares, e foi substituída por membro da mesma lista política por que foi eleita, **Miguel Fernando Jesus Fitas**.

Davide Miguel Morais Pires (CDU- PCP/PEV)) que requereu a sua substituição nesta Assembleia, por motivos profissionais, e foi substituído por membro da mesma lista política por que foi eleito, **Lídia Antónia Lopes Almeida Duarte**.

Andreia Filipa Martins Rocha (CHEGA) que requereu a sua substituição nesta Assembleia, por motivos de saúde, no próprio dia da Assembleia pelo que não foi possível proceder à sua substituição.

Fátima Isabel Frazão Prior (AD- PSD/CDS) que requereu a sua substituição nesta Assembleia, por motivos profissionais, e foi substituída pelo membro seguinte da mesma lista política por que foi eleita, **Miguel Filipe Gaspar Marques**.

Do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Senhor Presidente, Nelson Manuel Henrique Ramos, Maria Júlia dos Santos Freire, Secretária, Cláudia Raquel de Oliveira Reis, Vogal, Alexandre Armando Santos Gil, Vogal e Eugénio Figueiredo Costa, Tesoureiro.

Verificado o quórum para funcionamento, e existindo o mesmo, deu-se início aos trabalhos.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio antes de iniciar os trabalhos, pediu aos eleitos presentes que entregassem na Mesa a Declaração de Consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital, devidamente assinada.

- Doc. 1, com 20 folhas, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Entrou-se no 1.º Ponto da Ordem de Trabalhos - Discussão e Aprovação da Ata n.º 04/2025;

Não havendo intervenções a registar, **a Ata n.º 4/2025 foi colocada à votação e foi aprovada, por unanimidade, com oito (8) votos a favor.**

(Só votaram os eleitos que estiveram presentes na Assembleia de 23/09/2025).

Entrou-se no 2.º Ponto da Ordem de Trabalhos – Período aberto à População.

Carlos Vieira teve a palavra e começou por dizer que lhe enviaram um vídeo do Aterro Sanitário que, a ser verdade, é muito grave. Nesse vídeo veem-se dezenas de tubos que estão a fazer de chaminé das queimadas. Ora isso justifica os cheiros nauseabundos existentes no Pinhal Conde da Cunha, para os quais já chamou a atenção muitas vezes, e que são impossíveis de suportar.

O gás que aquilo liberta é o metano, CH₄, e não sabe como o mesmo se comporta depois de aquecido. Isto para o ambiente está acima de todos os crimes. Já disse em muitas Sessões de Câmara, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, que o Aterro Sanitário, segundo estudos geológicos, está em cima do maior aquífero de água de Portugal, que é uma falha que vem desde o Rio Zêzere. Por isso a Direção Geral do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo chamou a atenção para esse facto e proibiu que lá fosse colocado lixo. Hoje em dia não sabe onde existe esta organização porque agora pode-se fazer tudo. O certo é que muitos moradores do Pinhal Conde da Cunha abriram furos e a água está contaminada. Está a decorrer, há quase um ano, uma providência cautelar mas não sabe o que se passa, gostaria que o Ministério Público o pudesse esclarecer. O ambiente está-se a ir embora e o certo é que todos nós precisamos dele para viver. Para quem anda nisto há trinta e cinco anos, tem a dizer que já não acredita em ninguém. Nem no poder local, nem na justiça. Acompanhou a feitura da Célula B, Célula C e Célula D e relativamente à que agora lá nasceu não sabe a quem foi apresentada, nem quem a aprovou. A Célula B levou argila, porque no local as areias são muito leves e tipo movediças e para que a tela não se rasgasse com as toneladas de lixo que levaria por cima. Ou seja, levou argila e depois tela e depois argila e novamente tela. A Célula D não tem nada e tem lá lixos domésticos que estão a contaminar tudo.

Outro assunto que o trouxe a esta Assembleia é a construção, por parte da Câmara Municipal do Seixal, de uma creche para o patriarcado, que na sua opinião não deveria ser feita. A Associação de Desenvolvimento do Pinhal Conde da Cunha deixou 25.000 metros quadrados, numa área de 3 hectares, para diversos fins, nomeadamente: Escola Básica integrada 1,2 e 3 Ciclos, ensino básico e jardim de infância, 6424 metros quadrados para pré-escolar e para o culto 1650 metros quadrados, num terreno que há 35 anos escrituraram diretamente à Câmara que exigiu 5 hectares e meios. Ali estão 3 hectares e fora estão mais 2 hectares e meio. Não sabe se é política ou intenção mas na terceira fase, que tem cento e setenta e poucos lotes, que foram englobados na escrituras e pagos por todos os proprietários, existem seis lotes, que é onde passa a linha de água, que tiveram de ficar sem construção. Tiveram inclusive de deitar garagens abaixo, no entanto, hoje vai-se lá construir uma creche. Não está contra a construção de infraestruturas, mas lembrou que foram deixados lugares próprios para as mesmas.

O Plano de pormenor 86A de 1983 está bem desenhado e a Associação de Desenvolvimento do Pinhal Conde da Cunha, na altura, foi classificada como uma das melhores e foi até onde muitas outras Associações foram ver como se fazia. Se fizeram algo errado houve muita gente a ver e toda a gente aprovou. O Pinhal Conde da Cunha ainda não é do domínio camarário, porque a Câmara ainda não fez a receção final, e por isso não é admissível, e fica muito mal a esta Câmara, que apoiou durante décadas, fazer estas obras sem o conhecimento da Associação. Foi julgado no Tribunal do Seixal por defender terrenos que não eram seus, eram terrenos da Câmara. Por isso para o desenvolvimento e para o progresso podem contar consigo, mas exige que não o façam nas costas.

Neste momento as águas que vêm da Avenida 25 Abril emborcam por ali abaixo e existem casas em risco de inundações, e não vê ninguém preocupado com isso. Estão em causa pessoas e bens.

Terminou a sua intervenção desejando a todos os autarcas e munícipes um santo e feliz Natal e um Ano Novo cheio de prendas e que tudo corra bem.

Carlos Concha teve a palavra e começou por dizer que é morador do Pinhal Conde da Cunha e a sua casa é uma das mais afetadas pela construção em cima da linha de água.

A construção não devia existir ali, até porque, tanto quanto sabe, no final da década de oitenta houve um pedido da Associação de moradores para fazer uma passagem pedonal no local e o pedido foi recusado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Agora passados tantos anos não só há uma obstrução da linha de água como estão a construir em cima dela. Os responsáveis da obra dizem que não, mas o desnível está lá. A linha de água vai pelas ruas adjacentes, é uma ribeira autêntica, que vai para os lotes ao lado.

No passado dia 13 de Novembro, no dia em que morreram os idosos em Fernão Ferro, nessa madrugada viu chover e ficou preocupado. Por isso esteve a ajeitar sacas para a água não invadir a sua casa. Tem uma cave, onde tem um sofá cama, e se tivesse lá pernoitado poderia ter sido ele ou a sua filha. Desde Agosto que anda a alertar para a situação. Já enviou dezenas de emails para a Câmara Municipal e outras entidades e considera inadmissível que nada tenha sido feito. Um representante da Câmara disse que depois, no final da obra, talvez fizessem um desnível com uma manilha, mas aquilo é uma linha de água muito grande e não se pode confiar que uma sarjeta irá conseguir escoar toda a água. Falou com todos os técnicos da obra que lhe disseram que o terreno irá passar a ser particular e as águas pluviais não podem escorrer para dentro de terrenos particulares.

Como é que se constrói e não se deixa salvaguardado um desnível e um canal para escoar a água? Manter o escoamento livre das águas é algo que, num país desenvolvido, não se entende. Inicialmente ainda pensou que os estudos não tivessem contemplado aquela situação, mas quando estão sete ou oito técnicos, representantes municipais e representantes da obra, não entende como é que nada é resolvido.

Nos lotes ao lado do seu, que não estão construídos, a água atingiu mais de meio metro de altura e os muros dos vizinhos de baixo fizeram de barragem de contenção. Se eles têm cedido a água iria por ali fora e seria uma desgraça.

Para terminar, informou que tem consigo um abaixo assinado que quem quiser poderá assinar.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio perguntou ao Sr. Carlos: admitindo que essa linha de água existia e que não foi desclassificada pelo Ministério do Ambiente, onde e como é que a mesma pôde ser interrompida num troço.

Carlos Concha respondeu que no Plano de Pormenor entregue pela Associação e aprovado pela Câmara Municipal a linha de água começa exatamente na Avenida 25 de Abril. Claramente foi um erro, a Avenida não deveria ter sido construída ali pois funciona como uma ribeira que converge para a Rua Rui Chianca e passa à frente do seu lote e do seu vizinho. Anteriormente aquela zona eram espaços verdes e agora a linha de água está a ser interrompida com esta construção.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio informou que dado que esta não é uma competência da Junta irão transmitir este assunto a quem de direito.

João Luz teve a palavra e começou por dizer que é morador na Freguesia de Amora. Depois de todos os órgãos instalados, as eleições autárquicas de 12 de Outubro confirmaram a continuidade da CDU à frente dos destinos desta Freguesia e deste Concelho. Na sua opinião, venceram aqueles que desenvolveram uma campanha limpa e responsável, baseada no contacto direto com as populações mas também nas redes sociais, recusando promessas fáceis e assumindo apenas compromissos realistas.

A decisão da votação dos fregueses de Amora assentou em fatores importantes: a recusa do incerto, a confiança, a capacidade de fazer e o trabalho já realizado, na dinâmica da atividade autárquica, na proximidade permanente com as populações e na postura genuína. Na última Assembleia, no dia da instalação dos órgãos, não esteve presente mas seguiu On Line toda a Assembleia e ficou perplexo “ainda pensando que ao mesmo tempo estava a dizer diferente daquilo que pensava, um viajante, ou melhor, um aluno candidato que chumbou no exame principal no acesso a esta universidade que é dirigir os destinos desta freguesia” com a ousadia de dizer que a CDU não quer um hospital no Concelho do Seixal. Perguntou: Quem tem liderado todas as iniciativas para que o Hospital do Seixal seja uma realidade? Quem fez todos os pedidos, todas as reuniões com as diversas instituições e os documentos assinados com uma antiga Ministra do PS, Dr.^a Ana Jorge? Quem liderou o cordão humano, que ainda estavam pessoas a sair de Amora já estavam outras a chegar ao Seixal?

Não está aqui para defender este ou aquele partido, esta ou aquela pessoa. Está com a verdade, está com quem trabalha com honestidade, liberdade e vontade de serem melhores e verdadeiros.

Estão na altura do Natal e “está na hora que alguns pastores que por aí andam, agarrem no bordão, reúnam o vosso rebanho e se dirijam ao carneiro mor, e que todos tomem a direção das montanhas procurando e expondo ao Montenegro a necessidade de um Hospital no Concelho do Seixal”. O importante é unir esforços para que o Hospital seja uma realidade no nosso Concelho.

Terminou desejando um bom trabalho e uma boa união para todos a bem da Freguesia de Amora e do Concelho do Seixal e um bom Natal.

Entrou-se no 3.º Ponto da Ordem de Trabalhos – Período antes da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio informou que foram entregues na Mesa dez (10) documentos: três (3) Saudações, seis (6) Moções e um (1) Voto de Pesar.

Constatou que nem todos os documentos entregues à Mesa foram distribuídos por todas as bancadas. Apelou a que numa próxima Assembleia as forças política que apresentem documentos para discussão ou votação tragam os respetivos duplicados para serem distribuídos.

Telma Lima (PS/PAN) apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Criação de uma equipa de acompanhamento das negociações para a Delegação de Competências do Município para a Freguesia de Amora”**, a que corresponde o **Doc. 2, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Susana Medeiros (CHEGA) teve a palavra para dizer que considerava a proposta viável e uma boa opção para trabalharem todos em união e terem todos um caminho. Se todas as forças políticas se juntarem talvez consigam melhorar e não andem às “turras uns com ou outros”. Por isso esta é uma proposta boa para discussão. Achou bastante viável que se possa formar uma equipa de trabalho e, se for caso disso, da sua parte, poderá disponibilizar um dia por semana para acompanhar os trabalhos.

Deolinda Nunes (CDU) começou por dizer que a Assembleia de Freguesia é um Órgão deliberativo, não é um órgão consultivo nem executivo. O poder executivo, de acordo com a Lei 50/2018, é feito pelo Executivo da Junta de Freguesia, não por membros da Assembleia de Freguesia. Cada um dos órgãos tem o seu papel e é bom que todos saibam disso e o tenham presente antes de votarem.

Carlos Reis (PS/PAN) usou da palavra para dizer que a delegação de competências não poderá ser posta em prática pelo executivo da Junta de Freguesia sem que a Assembleia de Freguesia a aprove. Por isso pensa que faz todo o sentido esta comissão proposta pelo Partido Socialista.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos começou por agradecer à Direção do Clube Recreativo da Cruz de Pau a cedência das suas instalações para a realização desta Assembleia.

Relativamente à questão colocada anteriormente pelo morador Carlos Concha disse que tem acompanhado o assunto de perto e já foi, mais de uma vez, ao terreno verificar a situação que hoje aqui reportou. Lamentou o facto do Sr. Carlos não ter referido que um elemento da Junta de Freguesia o tem acompanhado nessas visitas, tendo até promovido uma reunião com o dono da obra, que neste momento é o Centro de Assistência Paroquial de Amora.

Relativamente à proposta do PS disse que não é legislador, mas a lei é muito clara. As negociações dos contratos são lideradas pelo Executivo Municipal e pelo Executivo da Junta de Freguesia. Todos os contratos Interadministrativos e as delegações de competências depois de aprovados nas reuniões de Câmara vão, obrigatoriamente, à aprovação da Assembleia Municipal e depois à aprovação da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio acrescentou que a Assembleia de Freguesia é um Órgão deliberativo e de fiscalização da Junta de Freguesia. Nesse sentido, têm o poder de escutinar o trabalho que a Junta anda a fazer e podem rejeitar. Não podem é alterar, sob proposta, aquilo que a Junta aqui apresenta.

É legítimo que coloquem todas as questões, podem chumbar o que a Junta apresenta, a Junta reformula a proposta e apresenta-a novamente. Esta Moção está enviesada e está a tentar entrar em competências que não são da Assembleia e por isso poderiam estar a praticar atos de incompetência que, eventualmente, poderão ser sancionados. A Assembleia tem legitimidade para apresentar a proposta e em sede de votação saber-se-a qual o seu destino.

Posta a Moção à votação, foi a mesma rejeitada, com dez (10) votos a favor (PS/PAN, CHEGA e AD) e dez (10) votos contra (CDU), com voto de qualidade do Presidente da Mesa.

Mário Simões (CHEGA) apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Pela Transparência e pelo rigor na gestão autárquica”**, a que corresponde o **Doc. 3, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos disse que os eleitos desta Assembleia deveriam saber, e se não sabem talvez se devesse promover uma formação, os procedimentos legais que estão em vigor. Não há nada que se compre que não tenha de ser publicado no Portal Base Gov. Anteriormente era só a partir de cinco mil euros (5000 €), a partir de Janeiro de 2026, tudo terá de ser publicado.

Todos os documentos de Gestão da Junta de Freguesia estão disponíveis no Site da Junta de Freguesia para os eleitos e população em geral. Em todas as reuniões ordinárias desta Assembleia é apresentado um Relatório Trimestral com todo o trabalho efetuado, além de que todos os meses são obrigados a enviar as contas para o Tribunal de Contas. Se o mesmo averiguar que algo não está conforme envia para a Junta uma inspeção, como já aconteceu há uns anos largos, atrás.

Nada do que o Sr. eleito Mário aqui apresentou é novidade. A ideia não é má, mas já está em prática.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, teve a palavra para dizer que a Lei 75/2013 e as leis de enquadramento orçamental de alguma forma, e porque estão a falar do direito administrativo, são altamente procedimentalizadas e todos os atos praticados pela administração pública, seja no âmbito da Administração Local seja pelo Estado Central, são muitos escrutinados. O que não podem fazer é criar e inventar atos. Têm de praticar atos que estão efetivamente plasmados na lei. Estão aqui, neste momento, para aprovar o Orçamento, o Plano Plurianual Ações e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2026. Em Abril irão apreciar o Relatório de Contas e Gestão do ano de 2025. De três em três meses, nas reuniões ordinárias, são apresentados os Relatórios Trimestrais para apreciação.

Pensa que isto é uma existência transparente e não podem fazer mais do que aquilo que a lei os obriga a fazer. Não se percebe muito bem a utilidade de uma auditoria externa dado que a Junta de Freguesia é sindicada pelo Tribunal de Contas.

Deolinda Nunes (CDU) iniciou a sua intervenção dizendo que teve a sensação que entrou outra vez no dia 24 de Abril de 1974 mas, para todos os efeitos, já perceberam qual é a postura do CHEGA. Quarenta e nove anos depois o CHEGA vem e ensina o Executivo, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia do que têm de fazer. O Sr. Presidente da Junta e o Sr. Presidente da Assembleia já informaram dos procedimentos que sempre foram feitos e que continuam a ser. A bancada da CDU gostaria de reforçar algo que foi aqui dito e que vai completamente contra o que foi demonstrado pelos eleitores. Na Amora não existiu perda de confiança na CDU, ao contrário, a CDU aumentou o nível de confiança dos eleitores, o que se traduziu no aumento do número de votos e na eleição de mais um elemento.

Carlos Almeida (CHEGA) teve a palavra e disse que o CHEGA não quer ensinar nada a ninguém, mas existem coisas que são obscuras, ninguém vê nada. Questionou como pode existir num orçamento coisas como “outros, outras”? Apenas existe a classificação económica com códigos e, como é óbvio, os eleitos não têm acesso a esses códigos, não sabem o que são. Os dados deveriam ser mais claros para depois então se poder dizer que existe transparência.

Fábio Sousa (AD) começou por fazer um comentário relativamente à questão de não terem sido disponibilizadas cópias de todos os documentos apresentados. Não sabe se faz sentido, até porque esta questão não costuma acontecer, mas nestas situações talvez fosse útil a criação de um grupo no Whats App ou arranjam alguma maneira de os documentos serem distribuídos de forma digital, até porque os mesmos já estão produzidos.

A sua bancada, com tantos pontos, a meio da Moção perdeu-se. Do que ouviu concluiu que os eleitos do CHEGA tentaram transmitir que embora os documentos sejam publicados, por vezes não estão muito visíveis.

Ficaram com algumas questões porque não estão a ler o documento em concreto.

É diferente ouvir uma saudação, que até pode ter dois ou três pontos, ser fácil e conseguirem captar tudo, outra coisa é ouvir uma Moção, um pouco extensa, onde se perderam nos pontos e pormenores o que torna difícil o sentido de voto.

Posta a Moção à votação, foi a mesma rejeitada, com oito (8) votos a favor (CHEGA e PS/PAN), dez (10) votos contra (CDU), com voto de qualidade do Presidente da Mesa e duas (2) abstenções (AD).

Rui Gonçalves (CHEGA) apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Valorização da Educação e promoção do sucesso escolar na Freguesia de Amora”,** a que corresponde o **Doc. 4, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Adolfo Torres (CDU), teve a palavra para comentar as deliberações da Moção:

“1 – Reafirmar a educação como pilar estratégico do desenvolvimento social da Freguesia de Amora.” – Diria mais, da Freguesia de Amora e de todas as Freguesias do nosso país.

“2 – Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia de Amora que assuma a educação como prioridade transversal da sua ação política.” – Tal como já está a ser feito, basta ler o programa eleitoral da CDU.

“3 – Recomendar o reforço de medidas de apoio ao sucesso escolar e de combate ao abandono escolar, bem como a valorização do mérito dos alunos e do papel dos professores.” – Isto é exatamente o que a CDU defende, só que não é da sua competência, é do Ministério da Educação.

“4 – Recomendar a promoção da formação cívica e da cidadania, incluindo ações práticas de capacitação, nomeadamente em Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros.”

Não entende o que pretende o CHEGA com esta medida. Será reformular o programa de cidadania e desenvolvimento, que também é competência do Governo? O mesmo que fez uma remodelação ao programa de cidadania que não contempla o suporte básico de vida nas suas aprendizagens essenciais.

“5 – Recomendar o envolvimento ativo das famílias e da comunidade educativa como fator essencial para o sucesso escolar e social dos jovens.” – Diria que o envolvimento das famílias só não acontece por culpa da organização do trabalho e dos horários desregulados que existem no sistema em que vivemos, capitalista e liberal, que não permite que as famílias tenham tempo para acompanhar devidamente os seus filhos e a sua vida escolar. Dá aulas na escola pública na Freguesia, no Agrupamento de Escolas Terras de Larus, e a Escola tem no seu projeto educativo atividades que envolvem a comunidade escolar, os pais e os encarregados de educação. Aliás os pais são chamados à escola com frequência e até pertencem ao Concelho Geral, Órgão máximo deliberativo da Escola. Não consegue perceber o que está a ser proposto pelo CHEGA à Assembleia de Freguesia, uma vez que o que propõe não é da sua competência.

A Escola Pública não precisa de autoridade, precisa de investimento do Governo. A UNESCO, a União Europeia e a Internacional da Educação dizem que para o nosso nível de desenvolvimento e para o nosso país atingir os objetivos que se propõem a nível da Escola Pública teria de alocar ao sector da educação seis por cento (6%) do PIB. O anterior Governo, que é este, conseguiu fazer a proeza de não chegar aos três por cento (3%) e ainda pretende diminuir mais este ano.

Voltou a dizer que não precisam de autoridade, precisam é de dinheiro.

Rui Gonçalves (CHEGA) começou por dizer que é curioso a CDU indicar que estas são competências do Governo. No entanto, o PS e a CDU estiveram juntos, durante os oito anos da “geringonça”, e não fizeram grande coisa na educação.

Esta Moção não invade nenhuma competência, é apenas uma recomendação política, é perfeitamente legítima e expressa a posição desta Assembleia, apenas isso.

Esta Moção é a favor da educação e dos jovens que são o futuro da Amora, por isso, quem concorda com isso não terá dificuldades em votar favoravelmente esta Moção.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos começou por reforçar as palavras do eleito Adolfo Torres quando o mesmo disse que o Governo investe menos de três por cento (3%) do seu orçamento na educação. A CDU na Freguesia de Amora do seu, parco, orçamento investe seis virgula setenta e três por cento (6,73%) na educação. Não sendo esta uma competência das Juntas de Freguesia, já estão a fazer mais do que deviam. A Junta tem competências delegadas a nível do 1.º Ciclo, na manutenção do interior das escolas, mas vão muito além disso. A Junta de Freguesia tem projetos de cidadania, que envolvem alunos, pais e professores, na Escola Secundária de Amora, no Agrupamento Terras de Larus e na Escola Secundária Manuel Cargaleiro. Dado que estão a ser um sucesso, pretende também dinamizá-los no Agrupamento Escolas Paulo da Gama e Pedro Eanes Lobato. Estão sempre disponíveis para fazer tudo o que seja bom para a educação.

Era importante que os partidos, com grande força na Assembleia da República, quando chegar a hora de votar em projetos que são âncoras para o nosso desenvolvimento, para o desenvolvimento dos nossos filhos, dos nossos netos e das nossas famílias se lembrem disso e façam força para que os orçamentos sejam duplicados, para que a escola pública possa tomar o rumo certo.

Existiu a descentralização da Educação para as Câmaras Municipais. Acontece que neste momento todas as Câmaras para conseguirem cumprir algumas funções estão a tirar verbas dos seus orçamentos, que deveriam usar nas suas competências próprias, para as alocar às Escolas porque o que recebem do Poder Central são valores de 2018. Ainda com a agravante de que lhe foram entregues escolas e pavilhões velhos aos quais se tem de fazer manutenção. Felizmente a Câmara do Seixal não aceitou a delegação de competências na área da Saúde, porque senão estava-lhe a acontecer o mesmo que à Câmara Municipal de Almada, que tem de tirar do seu orçamento três milhões de euros (3.000.000 €) para reparar os ares condicionados dos centros de saúde, ou como a Câmara Municipal de Faro onde chove, copiosamente, nos centros de saúde e o Estado Central não está a proceder às reparações.

Quando se fazem Moções tem de se ter tudo isto em consciência, ver bem o que se está a propor, o que já esta a ser feito e encontrar o que se poderá fazer melhor.

Susana Medeiros (CHEGA) começou por dizer que em nenhum dos pontos da Moção é dito que a CDU não faz. Dizem que tem de se captar mais jovens, nem que seja para fazerem alguma formação. Os jovens estarem disponíveis na rua não é solução. Concorde que o excesso de carga laboral dos pais acrescido de terem de andar nos transportes públicos, que são miseráveis, é complicado e por isso na Amora cada vez há mais miúdos sozinhos. Não podem fazer tudo, mas podem tentar dar dignidade às crianças e jovens para não andarem ao “deus dará”. Muitos pais não estão em casa mas também muitos não têm como pagar para os filhos estudarem ou estarem num ATL. O que estão a propor é a criação de atividades que chamem a atenção dos jovens, que os captem e os envolvam, por exemplo faltam bombeiros e são estas crianças que serão o futuro. Preza muito a juventude e a criança e por isso todos têm o direito de poder crescer com dignidade. Antigamente tinham menos, mas tinham mais dignidade pois tinham quem cuidasse e podiam brincar nas ruas. Hoje em dia ninguém pode andar na rua e por isso o que falam é melhorar a educação e os espaços livres para os jovens, e nem todos os miúdos gostam só de futebol. Se a Junta todos os anos conseguir mais um bocadinho seria bom para todos e todos têm de participar. Estão aqui todos a tentar deliberar propostas positivas e se for necessário o seu esforço está disponível. Se todos derem um pouco se calhar chegam mais longe.

Posta a Moção à votação, foi a mesma rejeitada, com dez (10) votos a favor (CHEGA, PS/PAN e AD) e dez (10) votos contra (CDU), com voto de qualidade do Presidente da Mesa.

Carlos Almeida (CHEGA), apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Prevenção de consumo de drogas e bebidas alcoólicas na juventude”**, a que corresponde o **Doc. 5, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Não havendo intervenções a registar, posta a **Moção à votação, foi a mesma rejeitada, com dez (10) votos a favor (CHEGA, PS/PAN e AD) e dez (10) votos contra (CDU), com voto de qualidade do Presidente da Mesa.**

Deolinda Nunes (CDU) teve a palavra para fazer oralmente uma declaração de voto em nome dos eleitos da CDU.

A sua bancada não quer, de forma alguma, deixar a imagem que a CDU simplesmente vota contra, porque vota contra. Quem há anos está nesta Assembleia sabe perfeitamente que isso não acontece. No entanto, há formas de estar na política e há formas de estar aqui. As três Moções que ouviram hoje do CHEGA parecem todas iguais. Existe uma expressão popular que diz “outra vez arroz”. Ouviram falar em transparência e rigor de uma forma como se tal já não fosse praticado. A palavra que mais ouviram, num documento enormíssimo, foi “exigimos, exigimos”. Depois ouviram uma Moção, relativa ao parque escolar onde a maioria das competências são do Ministério da Educação, e mais uma vez “exigimos, exigimos”. Agora têm em mãos o papel de policiamento relativamente aos consumos dos jovens, invalidando neste processo todos aqueles que são responsáveis por estes comportamentos e que deveriam ter uma atitude preventiva e de ação relativamente a este tipo de comportamentos.

Para terminar disse que o que mais a chocou foi verificar que eleitos, que estão aqui há anos a percorrer um caminho de política séria e de compromisso, neste momento estejam a votar favoravelmente coisas deste estilo. E estava a referir-se aos eleitos do PS e do PSD.

Entregou depois à mesa uma Declaração de Voto, a que corresponde o Doc. 6, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Cristina Santos (PS) apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Constituição de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento das Festas Populares da Freguesia de Amora”**, a que corresponde o **Doc. 7, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos, considerou estar-se a tentar inverter os papéis do que é uma Assembleia de Freguesia e do que é um Executivo de Junta.

A Junta de Freguesia de Amora não tem Comissão de Festas, como por exemplo tem a Freguesia de Corroios. Mesmo que tivesse os eleitos da Assembleia de Freguesia não integrariam essa Comissão. Apenas no Movimento Associativo existem grupos que organizam várias atividades no âmbito das Festas Populares.

Não percebe quais são os objetivos deste Grupo de Trabalho, uma vez que tudo o que é contratado é trazido a esta Assembleia para ser analisado e votado.

Não havendo intervenções a registar, posta a **Moção à votação, foi a mesma rejeitada, com dez (10) votos a favor (PS/PAN, CHEGA e AD) e dez (10) votos contra (CDU), com voto de qualidade do Presidente da Mesa.**

Carlos Reis (PS/PAN) teve a palavra para fazer oralmente uma declaração de voto.

Começou por dizer que esta Assembleia pode constituir uma Comissão para este efeito, assim como para o que atrás foi proposto pela sua bancada, relativamente às delegações de competências. Não existiria nenhuma ilegalidade se o fizesse. Esta é uma prática comum de transparência e acompanhamento cívico, de acordo com o regime jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/2013). As Assembleias têm a competência de criar Comissões de Trabalho ou de acompanhamento para as matérias de interesse local. É com base nisso que esta Assembleia pode, e deve, constituir Grupos de Trabalho.

Miguel Marques (AD) apresentou à Assembleia uma **Moção com a epígrafe “Assinalar e valorizar o 25 de Novembro de 1975 na Freguesia de Amora”, a que corresponde o Doc. 8, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Não havendo intervenções a registar, posta a **Moção à votação**, foi a mesma rejeitada, com dez (10) votos a favor (AD, PS/PAN e CHEGA) e dez (10) votos contra (CDU), com voto de qualidade do Presidente da Mesa.

Joaquim Cabral (PS/PAN) apresentou à Assembleia uma **Saudação com a epígrafe “Voto de Saudação pelos 49 anos do Poder Local Democrático em Portugal”**, a que corresponde o **Doc. 9**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posta a **Saudação à votação**, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte (20) votos a favor (PS/PAN, CDU, CHEGA e AD).

Rui Gonçalves (CHEGA) apresentou à Assembleia um **Voto de Pesar com a epígrafe “Trágico falecimento de casal de idosos residentes em Fernão Ferro”**, a que corresponde o **Doc. 10**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posto o **Voto de Pesar à votação**, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com vinte (20) votos a favor (CHEGA, CDU, PS/PAN e AD).

Em cumprimento da deliberação do **Voto de Pesar**, a Assembleia cumpriu um minuto de silêncio em memória do Sr. Raul e da Sr.^a Edvigis.

Adolfo Torres (CDU) apresentou à Assembleia uma **Saudação com a epígrafe “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”**, a que corresponde o **Doc. 11**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posta a **Saudação à votação**, foi a mesma aprovada, com quatorze (14) votos a favor (CDU e PS/PAN) e seis (6) votos contra (CHEGA e AD).

Rui Gonçalves (CHEGA) teve a palavra para fazer oralmente uma declaração de voto.

Embora o direito à greve esteja consagrado e deva ser respeitado, o que se verificou neste caso foi algo bem diferente. Atos de intimidação, episódios de violência e desrespeito para os trabalhadores que quiseram exercer o seu legítimo direito de trabalhar. Uma greve que recorre à pressão, ao medo, à coação não pode ser considerada um sucesso nem pode ser romantizada, nem branqueada politicamente. O respeito pelos direitos dos trabalhadores não pode ser seletivo nem servir agendas ideológicas. Por esta razão rejeitam a saudação e deixam claro que a liberdade sindical termina onde começa a violência e a violação da liberdade individual.

Miguel Fitas (CDU) apresentou à Assembleia uma **Saudação com a epígrafe “Ao XXVII (27.º) Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Viana do Castelo, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2025”**, a que corresponde o **Doc. 12, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Posta a Saudação à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte (20) votos a favor (CDU, CHEGA, PS/PAN e AD).

Entrou-se no 4º. – Período da Ordem do Dia:

a) Apreciação e discussão do 4.º Relatório Trimestral de 2025;

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos teve a palavra para dizer que este Relatório tem toda a atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, dividida por eixos, os mesmos do Orçamento. Inclui ainda os mapas da demonstração da execução orçamental, da receita e da despesa, no período de 01.01.2025 a 30.11.2025.

Disse estar disponível para qualquer questão que os eleitos quisessem colocar.

Fábio Sousa (AD) teve a palavra para colocar algumas questões:

Na página três (3) é mencionada “visita ao babysitting da Quinta da Atalaia”. Gostaria de saber do que se trata. Ainda na mesma página é referida uma “visita ao Colégio Pedro Chaves”. Gostaria de saber onde se situa esse colégio.

Na página seis (6) é referido um valor de dois mil, quinhentos e sessenta e cinco euros (2.565 €) em aquisição, a várias firmas, de material de representação. Gostaria de saber a que se refere concretamente.

Na página onze (11) e doze (12) – Ensino e Educação, são referidas várias vezes gastos com reparação e pinturas de muros das escolas a firmas de especialidade. Fruto dos projetos que a Junta já teve de envolvimento da população, será que não poderia aplicá-lo a este tipo de situações e evitar estarem a pagar a empresas especializadas.

Na página dezasseis (16) é mencionada uma despesa de seis mil, setecentos e oitenta e nove euros (6.789 €) referentes à aquisição de aros de tampas metálicas para montagem no Parque das Galeguinhas. Dado que é um valor alto gostaria de perceber a que se destina em concreto.

Na página vinte e quatro (24) na Ação Social é referido o apoio à Festa Nossa Sra do Monte Sião. Perguntou se esse valor não deveria ter entrado no Relatório anterior.

Para finalizar deixou uma nota geral ao documento. A sua bancada já tinha referido, no mandato anterior, e gostaria de reforçar o pedido, que os anexos possam ser entregues em formato digital e não fotocopiados. Por vezes é complicada a leitura porque os quadros das diferentes rubricas tem os números muito pequenos, sendo necessário fazer muito zoom.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos teve a palavra para esclarecer as questões colocados pelo eleito Fábio Sousa.

O Colégio Pedro Chaves e o Babysitting, situam-se na Avenida Quinta da Atalaia. Foram às suas instalações fazer uma visita para conhecer o espaço e dar resposta a algumas questões expostas pelos mesmos, nomeadamente em termos de passadeiras e colocação de pilaretes e também para que possam integrar futuras atividades realizadas pela Junta de Freguesia.

Relativamente ao material de representação refere-se a alguns equipamentos que compraram nas festas populares para os trabalhadores e às medalhas que ofereceram no aniversário da Cidade.

A Junta de Freguesia, sempre que possível, tenta envolver a população e os jovens na requalificação do espaço público. No entanto, nem sempre é possível e as coisas têm de ser feitas, até porque é essa a sua responsabilidade. Se analisarem atentamente os relatórios anteriores verificam que existe agora muito menos investimento nessa área com a aquisição de serviços, existindo mais trabalhos executados por administração direta.

No Parque das Galeguinhas, junto ao furo de captação de água, existiam umas grelhas que apresentavam um elevado grau de degradação, o que colocava em risco as muitas crianças e jovens que por ali estão sempre a brincar. Por isso, essas grelhas foram substituídas por tampas, o que tornou o local mais seguro para todos os que visitam o Parque das Galeguinhas.

O apoio aos festejos em honra de Nossa Sra do Monte Sião tem a ver com a assinatura do contrato programa. Embora as festas tenham ocorrido em Agosto o contrato só foi assinado e pago no início de Setembro.

Fábio Sousa (AD) teve novamente a palavra para, já fora do âmbito da apreciação do 4º Relatório Trimestral, colocar duas questões ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Está a ser construída uma rotunda na Rua dos Foros de Amora. Viu na divulgação feita pela Junta de Freguesia que a mesma estava a ser construída a pedido da população. No entanto, o que lhe têm feito chegar, quem por ali passa, é que a nova rotunda irá causar mais constrangimentos. Gostaria de saber qual foi o racional adotado, tendo em conta os muitos automobilistas que por ali passam e a “meia dúzia” de pessoas que ali vivem. Não teria sido mais proveitosa a criação de uma rotunda no cruzamento da Rua dos Foros de Amora com a Avenida do Bonfim, que é um local com maior tráfego e com mais constrangimentos no trânsito?

Outra questão que queria colocar tem a ver com a iniciativa do Natal no Comércio Local. Gostaria de saber até que ponto o Executivo da Junta tem sentido, ou lhe tem sido transmitido pelos comerciantes, relativamente ao sucesso da iniciativa. Se as vendas têm aumentado, se a população tem aderido, etc?

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos relativamente à rotunda da Rua dos Foros de Amora informou que esta é uma obra da competência da Câmara Municipal do Seixal.

Em Julho de 2023, foi realizado um Fórum, na sede da Associação Cabo Verdeana, que contou com a presença de cerca de cinquenta pessoas e onde a construção de uma rotunda foi discutida. Os moradores do Bairro do Soutelo colocaram à Câmara Municipal do Seixal a questão do tráfego intenso e da perigosidade associada à saída do Bairro pelo facto de ser permitida a viragem à esquerda no sentido da Cruz de Pau. Colocado esse problema, surgiu a ideia de criação de uma rotunda. Na altura ainda não era Presidente da Junta, fazia parte do Executivo, mas foi falando com os técnicos e com os engenheiros e a rotunda que inicialmente estava prevista ser feita à saída da ponte que atravessa a A2 não foi autorizada pelas Infraestruturas de Portugal. Teve de se encontrar, por isso, uma solução alternativa que é a que está a ser construída. O trânsito que vem do Soutelo não pode virar à esquerda, vai até à rotunda e depois faz inversão de marcha para poderem ir no sentido da Cruz de Pau, Paivas, Amora.

Na sua opinião fazia mais sentido a rotunda ter sido construída mais à frente, junto ao entroncamento com a Avenida do Bonfim, junto ao café do Moreira e do El Pimenton. No entanto, segundo os técnicos, o local não tem dimensão suficiente para a construção de uma rotunda. Tal só poderia acontecer se alguns terrenos passassem para o domínio público. O Sr. Moreira já foi várias vezes à Direção Geral do Território, já pagou a topógrafos, mas estava a ser um processo demorado. A atual localização poderá não ser a perfeita, mas pensa que irá resolver parte do problema. Obviamente este período de construção irá criar constrangimentos, mas pelo menos quem sai do Soutelo fá-lo em segurança. Para terminar informou que a Câmara só coloca lombas, que servem de acalmia do trânsito, com base em sinistralidade comprovada em determinados territórios e seguramente para a construção desta rotunda tiveram por base o nível de sinistralidade naquele entroncamento.

Relativamente ao projeto do Natal no comércio local disse que o mesmo teve início em 2024. Nesse ano cerca de cinco mil pessoas participaram e votaram na sua Escola favorita. Este ano estão quase a atingir esse número e, uma vez que o projeto só termina no Dia de Reis, pensam que o irão atingir, ou até ultrapassar.

Pensa que tem sido positivo para os comerciantes, uma vez que são os próprios que procuram a Junta de Freguesia para os ajudar a divulgar e promover o seu negócio.

Considerou que, no geral, o projeto tem um saldo muito positivo.

Carlos Reis (PS/PAN) começou por dizer que o que o Partido Socialista sabe, sobre esta situação em particular, que ninguém, nomeadamente os moradores do Bairro do Soutelo, quer aquela rotunda. Se o próprio Presidente da Junta acabou de reconhecer que, na sua opinião, a rotunda faria mais sentido se fosse feita mais abaixo, mas que tecnicamente não seria possível pela área envolvente, então talvez fosse melhor não se estar a fazer mal.

É dinheiro de todos, não vai servir ninguém e as pessoas estão descontentes.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos voltou a ter a palavra para dizer que de facto, na sua opinião, a Rotunda faria mais sentido ser feita um pouco mais abaixo.

No entanto tecnicamente não é possível e não se podem fazer expropriações que não estejam de acordo com a lei. Alguma coisa tinha de ser feita. Não se podia continuar a ter, sistematicamente, acidentes, conforme dados de sinistralidade da PSP, à saída da Ponte do Soutelo. Acredita que alguns moradores não estejam muito satisfeitos com a criação daquela rotunda, mas seguramente outros estarão de acordo. Existem obras com muita unanimidade por parte da população, outras com pouca e existem obras que ninguém gosta. Irão ver no futuro se a construção daquela rotunda, naquele lugar, responde aos problemas para os quais foi feita, diminuir a sinistralidade. Essa análise não pode ser feita agora, só poderá ser feita após a conclusão das obras, a sua devida sinalização e respetiva utilização.

b) Proposta para apreciação e votação do Orçamento, Plano Plurianual das Ações (PPA) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2026 (a aprovar em Minuta);

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos disse que primeiramente iria fazer referência às propostas, dos vários partidos, no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição que foram integradas no Orçamento em apreço.

O partido CHEGA fez chegar várias propostas, que na sua opinião fazem todo o sentido para a Freguesia de Amora, mas por questões orçamentais não poderão ser todas acolhidas. Uma das que foram incluídas tem a ver com a requalificação e conservação da calçada que será incluída na rubrica de requalificação do espaço público e cuja verba terá um aumento significativo. Outra das propostas tem a ver com a iluminação. No PPI existe uma rubrica “mais iluminação, mais segurança” que terá uma verba de dez mil euros (10.000 €). Apresentaram também uma proposta que tem a ver com o reforço da segurança escolar. Nesse sentido pretendem realizar algumas atividades com os jovens, nomeadamente na formação, prevenção e combate à violência, que será integrada na rubrica “Amora participa”. A proposta do “Balcão digital App de participação” será contemplada com uma verba de cinco mil euros (5.000 €).

Relativamente às propostas do Partido Socialista começou por dizer que na página dezanove (19) do orçamento está incluída a questão do transporte de idosos, dentro da área da Freguesia, nas suas deslocações ao médico e ao comércio local.

Outra das propostas foi a colocação de desfibriladores nos equipamentos desportivos, movimento associativo e espaços públicos de grande concentração de pessoas.

O organismo que regula e licencia este tipo de equipamento é o INEM e antes do mesmo ser colocado temos de saber quem é o dono do equipamento, uma vez que será o responsável pela sua colocação, para além de que terá de existir formação para a sua correta utilização. Da pesquisa que fez concluiu que, das quase quatrocentas Juntas existentes no país, apenas três (3) assumiram a compra deste equipamento. Acha que a proposta é válida e uma mais valia para a Freguesia, não poderá no entanto ser aplicada nas vinte e quatro (24) coletividades existentes na Freguesia. Cada desfibrilhador tem um custo entre dois e dois mil e quinhentos euros mais a respetiva manutenção, o que torna a situação inoportável para um orçamento como o desta Junta de Freguesia. Considerou que a proposta era interessante e por isso comprometeu-se a avançar com um estudo de implementação inicial no Mercado da Cruz de Pau e em futuras reuniões com o PS encontrarem um plano de trabalho, a quatro anos, para implementar gradualmente esta questão.

Relativamente aos abrigos de passageiros, que era outra das propostas do Partido Socialista, lembrou que as Juntas de Freguesia não têm obrigações legais nessa área, no entanto, poderão cofinanciar a criação de alguns abrigos. Terão é de ver quais e como, em articulação com a Carris Metropolitana e a Câmara Municipal. Não é dizer que não faz falta, terão é de encontrar as melhores soluções. Sendo este um orçamento limitado tem de ser bem gerido e existir equilíbrio e não poderão retirar, por exemplo, dinheiro das escolas ou do espaço público. Nesta matéria uma das coisas que o preocupa é o tempo que as empresas demoram a repor as situações quando algum abrigo se danifica. Não só a empresa que trabalha para a Câmara, como a empresa que trabalha, por exemplo, para a Fertagus. Junto à estação dos Foros de Amora esteve um abrigo mais de sete meses vandalizado e apesar das queixas e avisos, quer da população quer da Junta de Freguesia, a situação demorou demasiado tempo a ser reposta.

Referindo-se concretamente ao orçamento disse que em relação ao ano de 2025 do Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF) tiveram um aumento de cerca de trinta mil euros (30.000 €). Irão receber seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e dezassete mil euros (628.417.00 €) e só com os trabalhadores irão investir setecentos e vinte mil euros (720.000.00 €), que em termos de orçamento global não chega a quarenta por cento (40 %). São poucas as Juntas de Freguesia no país que têm alocado no seu orçamento da despesa apenas quarenta por cento (40 %) sendo recomendado sessenta a sessenta e dois por cento (60%, 62%). Ainda do orçamento do Estado, ao abrigo do artigo 38.º N.º 8 da Lei 73/2013 irão receber trinta e oito mil, duzentos e quarenta e seis euros (38.246.00 €) e em 2025 tinham recebido cinquenta e quatro mil quinhentos e cinquenta euros (54.550.00 €). O que recebem do Estado é muito insuficiente para a realidade da Freguesia.

Da Câmara continuam a receber os Contratos Interadministrativos e as delegações de competências. Até à assinatura de novos contratos, mantêm-se em vigor os do mandato anterior.

Nas despesas com os Serviços Administrativos, com o Cemitério e Ensino e Educação mantêm praticamente os mesmos valores de 2025. No mercado existe um aumento de vinte e cinco mil euros (25.000 €) para dar continuidade a algumas obras. No espaço público tem um aumento de cento e cinco mil euros (105.000.00 €) o que demonstra a aposta que continuam a fazer no melhoramento do espaço público. Nos parques e jardins irão reforçar a área que aparece como “conservação de bens”, que se destina à reparação e manutenção do mobiliário urbano.

Na Cultura Desporto e Tempos livres irá diminuir o apoio às coletividades. Na Saúde e Ação Social a verba também irá diminuir um pouco, porque no ano de 2025 fizeram um investimento extraordinário na ajuda à aquisição de um veículo para os bombeiros. No entanto, não podem todos os anos fazer esse esforço financeiro, ainda mais quando têm conhecimento que o INEM deve mais de cinquenta milhões aos Bombeiros. Na Amora a dívida já vai em cerca de cem mil euros (100.000.00 €) e no Seixal cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000.00 €). Na participação – Melhor Amora será feito um reforço para poderem integrar novos projetos.

Carlos Reis (PS/PAN) teve a palavra e começou por dizer que o PS fez uma análise detalhada ao Orçamento para a Freguesia de Amora para o ano de 2026. Praticamente toda a intenção de gestão do executivo da CDU assenta no princípio da delegação de competências do Município, que por sinal, ainda não foram nem discutidas nem votadas em sede de Assembleia de Freguesia, pelo que deduzem que já existe um pré acordo sem que tenha sido dada oportunidade a esta Assembleia de se pronunciar sobre as mesmas, pelo menos até ao momento. Referiu ainda que a delegação de competências carece de apreciação e votação da Assembleia. Assim, hoje irão votar um orçamento com delegação de competências, que a ser aprovado, na próxima reunião deste órgão podem não ser aprovadas, por considerarem que as delegações de competências em vigor durante o mandato anterior, e que já terminaram, são prejudiciais para o orçamento da Freguesia. Deu o exemplo da gestão do mercado municipal da Cruz de Pau que até ao final do mandato anterior esteve na posse da Junta de Freguesia por via de uma delegação de competências, delegação essa que não tinha qualquer contrapartida financeira direta por parte da Câmara pelo trabalho de gestão. A eventual compensação vinha do valor das taxas cobradas aos concessionários, que representam uma receita para a Junta de Freguesia. Confessou ter dúvidas que a Junta não tenha de retirar dinheiro de outra rubrica para fazer face ao prejuízo que dá gerir o mercado municipal. Na documentação que foi disponibilizada, considerando os valores da receita e da despesa, somando os cinquenta mil euros (50.000 €) para a requalificação do exterior do mercado, facilmente se percebe que esta competência não é vantajosa para a Freguesia, pelos menos nestes termos. O mercado municipal da Cruz de Pau há vários anos que precisa de obras a sério, sendo que as que foram feitas, onde já se gastaram milhares de euros, não foram ao encontro das necessidades, quer dos concessionários quer da população e por isso todos estão

insatisfeitos. Deixou no ar as questões: Estará esta Assembleia Freguesia a prestar um bom serviço à população ao aceitar uma delegação de competências de gestão do mercado municipal nestas condições? Não será antes necessária uma intervenção devidamente planeada e estruturada em função das reais necessidades dos concessionários e da população? Não deveria ser o proprietário do edifício, a Câmara Municipal do Seixal, a assumir por inteiro essa despesa e essa intervenção, sob pena da Junta de Freguesia continuar a gastar milhares de Euros a fazer remendos sem resolver efetivamente o problema das pessoas?

Isto aplica-se a qualquer outra delegação de competências. Entraram num novo mandato e é importante a Assembleia de Freguesia perceber os moldes em que a Junta de Freguesia vai prestar um serviço para o Município, perceber o porquê de as verbas transferidas do Município para a Freguesia executar os serviços ser insuficiente. A sua experiência diz-lhe que o mesmo trabalho realizado pelo Município custa três vezes mais do que quando é feito pela Junta de Freguesia. As Freguesias rentabilizam os recursos de outra forma, estão mais próximas do problema e as equipas que, por exemplo, fazem a limpeza do jardim são as mesmas que fazem a reparação do passeio. No entanto não podem sair prejudicadas e com prejuízo.

Na opinião dos eleitos do Partido Socialista, a Câmara Municipal do Seixal terá de pagar mais à Junta de Freguesia para que esta, para além de poder executar o serviço com qualidade, ainda fique com dinheiro para desenvolver os seus próprios projetos, e a isso poderão chamar lucro. Por isto é que o PS considera importante esta Assembleia ser envolvida nas negociações das delegações de competências para o mandato da sua responsabilidade.

É um facto que o orçamento é uma previsão, mas é através dele que são organizadas as prioridades financeiras locais e, por essa razão, criam-se expectativas na população que devem de ser o resultado de uma sequência lógica de procedimentos que sejam corretos, normais e que façam sentido para as pessoas. O orçamento da Freguesia é um instrumento que permite às Juntas de Freguesia planear e gerir o dinheiro ao longo do ano, garantindo a prestação de serviços locais de forma organizada e transparente, segundo as prioridades definidas pela comunidade local e pelos partidos políticos da oposição, que apesar de não terem ganho eleições, salvaguarda a lei, que sejam ouvidos em sede do direito da oposição, para além de ainda ser necessário recolher em Assembleia de Freguesia a sua concordância.

Caso contrário o Executivo da Junta, por não ter ganho com maioria absoluta, poderá ver a sua proposta de orçamento chumbada.

No que diz respeito ao direito da oposição referiu que este foi cumprido, pois o Partido Socialista fez questão de utilizar essa figura legal para apresentar propostas. Sendo coerentes com o resultado eleitoral apresentaram apenas três propostas que são exequíveis e que trariam mais qualidade de vida à população e porque foram necessidades relatadas pela população durante a campanha eleitoral. Sugeriu ao Sr. Presidente da Junta que futuramente as propostas apresentadas no âmbito do direito de oposição sejam incluídas nas considerações finais, até como forma de assumirem um compromisso.

A construção de abrigos de passageiros em todos os locais onde o espaço físico permita, de forma a garantir que a população que precisa de utilizar os transportes públicos o faz com as devidas condições de proteção da chuva, do vento e do frio e até do sol em períodos de bastante calor, foi a primeira sugestão do PS.

A segunda sugestão foi que a Junta de Freguesia implementasse um projeto de âmbito social, a exemplo do que já é feito na Freguesia de Fernão Ferro gerida por um executivo do PS, onde seria garantido o transporte de pessoas idosas e o seu acompanhamento ao comércio local, ao médico e a outras responsabilidades e necessidades. Servia o projeto também para combater o isolamento da pessoa idosa permitindo saber e conhecer o seu estado de saúde.

A terceira sugestão seria que, através de um protocolo a celebrar com os Bombeiros de Amora, a Junta de Freguesia adquiria aos mesmos desfibrilhadores, que seriam colocados no movimento associativo e no mercado municipal, sendo a formação para o seu manuseamento também garantida pelos Bombeiros. Para além da Junta de Freguesia garantir uma rápida intervenção com recurso a estes dispositivos, que estariam em proximidade da população e por isso poderiam salvar vidas, também seria uma fonte de receita para os Bombeiros.

Concluiu a sua intervenção dizendo que concordam com as considerações finais referidas pelo executivo CDU, onde assumem que o orçamento proposto é insuficiente para a grandeza da Freguesia. Também é importante referir que, na opinião do PS, as prioridades de serviço público estão invertidas e possíveis de serem identificadas ao longo do orçamento.

A título de exemplo, a rubrica das Festas Populares tem uma verba de cem mil euros (100.000.00 €) e a rubrica de reparação de parques infantis tem uma verba de apenas mil euros (1.000.00 €).

Esta é sem dúvida uma proposta de gestão de responsabilidade única e exclusiva da CDU.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos relativamente ao Mercado e às verbas para o mesmo, disse que devido às transferências de competências recebem não só o valor das taxas mas também recebem da DGAL uma verba. O que não recebem, e que não foi aqui dito pelo eleito do PS, Carlos Reis, são as verbas adequadas por parte do Estado. Se não fosse o Município não conseguiam pagar aos funcionários. O Estado, que é quem define as competências próprias das Juntas de Freguesia, é que tem de financiar as Freguesias, não têm de ser as Câmaras. As Juntas de Freguesia pertencem ao Estado e o Estado tem de dar os meios para que as mesmas consigam cumprir as suas obrigações e competências. Concorda que as Juntas gerem melhor o dinheiro mas o Partido Socialista, que nos últimos vinte e cinco anos foi governo vinte, não deu valor às Juntas de Freguesia. Ignoraram as Juntas de Freguesia e os Municípios, ignoraram a Constituição pois a regionalização já devia existir e a culpa é do Partido Socialista. Voltou a referir que se não fosse a Câmara Municipal do Seixal, e todas as Câmaras dos paí, as Juntas de Freguesia não sobreviviam, não estavam próximas da população e não conseguiam resolver problema nenhum.

Relativamente às propostas dos eleitos do PS, no âmbito do direito de oposição, as mesmas não foram integradas neste orçamento porque chegaram ao Executivo no dia da greve. Os trabalhadores da Junta fizeram greve e esteve solidário com os mesmos. As proposta do PS, algumas com valores altíssimos, não podem ser incluídas sem se retirarem verbas de outras rubricas. E por isso perguntou: Vão retirar onde? Do espaço público que o PS tanto criticou durante a campanha eleitoral? O PS não está a dar rigor a este orçamento porque apresenta um conjunto de propostas que não são exequíveis.

Relativamente às delegações de competências disse que não existiu nenhum pré acordo. Devido a terem ocorrido eleições este processo está atrasado. As novas delegações de competências irão a reunião de Câmara, depois serão aprovadas nesta Assembleia e posteriormente na Assembleia Municipal. Cada um irá pronunciar-se e aceitarão ou não. Em caso de aprovação serão incluídas no orçamento através da Revisão Orçamental.

Adolfo Torres (CDU) teve a palavra para, em nome da bancada da CDU, fazer alguns comentários ao Orçamento, PPA e PPI apresentado pelo Executivo e que mereceu uma análise qualitativa e criteriosa. Os resultados contribuem para a satisfação das necessidades da freguesia e são promotores do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida dos Amorenses, e por isso, destacou alguns aspetos:

- Limpeza urbana, preservação de infraestruturas, criação de novas áreas de lazer, melhoria das condições de acessibilidade, requalificação de espaços degradados, criação de mais dez (10) bolsas de estacionamento, reforço do mobiliário urbano, criação de zonas de acalmia de trânsito, reforço da sinalização vertical luminosa, passeios mais acessíveis para as pessoas com mobilidade reduzida, reabilitação de calçadas, renomeação de ruas e reforço do pedido de correção toponímica, uma reivindicação dos eleitos do PSD, agora AD, que por diversas vezes deu nota da necessidade de realização desse trabalho.

Relativamente ao meio ambiente e equipamentos realçou a campanha contra grafites indevidos. Certamente todos concordam que quando as paredes são limpas aumenta-se a sensação de segurança, para além de estarem a contribuir para um espaço urbano mais limpo e visualmente mais harmonioso.

Pintura de mais cem (100) armários de eletricidade com temas alusivos ao local onde se encontram ou referência a personagens emblemáticas da Freguesia, o que traz uma harmonização entre o cuidado e a vertente cultural.

Educação ambiental nas escolas, onde destacou a ilha da biodeversidade, um projeto da Escola Secundária de Amora, que para a Freguesia é uma dotação mas para a Escola é uma benfeitoria sem preço. Os alunos do ensino secundário que têm a possibilidade de fazer algumas aulas práticas com a ilha da biodeversidade obtém uma grande mais valia.

É muito mais significativa a aprendizagem com uma experiência do que uma aprendizagem lendo um livro.

Destacou também as ações de limpeza de espaços naturais e comemorações ambientais. A arborização na Freguesia de Amora é uma realidade que a todos deve orgulhar. É uma freguesia que já conta com oitenta mil (80.000) árvores e cumprido o compromisso de por cada árvore abatida se plantarem três (3).

Sobre o Aterro, que foi falado no início desta reunião, defender a reativação da Comissão de Acompanhamento do Aterro, recentemente extinta, pois só poderão fazer a monitorização dos impactos ambientais e saber os reais perigos ou as possibilidades reais de solução se tiverem esta Comissão em funcionamento.

Na área da Educação destacou ainda a dinamização do projeto das hortas pedagógicas nas escolas, direcionado essencialmente para os alunos do 2º e 3º Ciclos, promovendo a aprendizagem prática. Prevenção e cidadania com a promoção de campanhas sobre bullying, segurança na Internet e violência no namoro.

Na Juventude deu nota do reforço das equipas comunitárias, que visam promover a participação ativa dos jovens através do Projeto “Amora Participa”, onde poderão intervir na área da ação social, ambiente, cultura, desporto e educação. A Freguesia de Amora tem já mais de sessenta (60) jovens inscritos.

O Desporto na Freguesia de Amora daria, por ele só, uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia. O Executivo propõe a continuidade do apoio regular ao Movimento Associativo e no âmbito do programa “Mexe-t’Amora” irão continuar a dinamização das aulas abertas. É a única Freguesia que realiza esta atividade durante todo o ano, com participações elevadas e gratuitas. A Amora é uma Freguesia de referência no desporto nacional. É a Freguesia com o Clube com mais atletas federados, o Clube Desportivo e Recreativo Águias Unidas, o melhor Clube de ginástica acrobática do Distrito, a segunda melhor equipa de canoagem com um campeão do mundo sénior, a primeira equipa de formação no Triatlo e uma referência no voleibol feminino, com o Clube Lobatos Volei. Todos deverão estar orgulhosos destes feitos e das opções do Executivo da Junta em apoiar o desporto. Embora tenha sido anunciado, pelo Sr. Presidente da Junta, que os apoios ao Movimento Associativo iriam diminuir, acredita que tal não se traduzirá em perda de qualidade.

Na cultura destacou o projeto “Livros ao Fresco”. Nas Escolas existem queixas de que os alunos leem pouco, não tem hábitos de leitura, sobretudo nas classes sociais mais desfavorecidas, e não existe o reconhecimento do valor e do papel da leitura no dia-a-dia e no futuro dos jovens. Referiu também a “Hora do Conto” que terá lugar nas ruas e parques da Freguesia.

Na Ação Social destacou o apoio, de mais de dez mil euros (10.000 €), na aquisição de medicamentos a famílias carenciadas, com o aumento do número de farmácias aderentes, e ainda o apoio à aquisição de óculos e tratamentos dentários para crianças e jovens de famílias carenciadas.

O Eleito do PS, Carlos Reis, anteriormente falou que tinham proposto, no âmbito do apoio social à população, algo que pensa ser semelhante ao que está vertido nas opções do Plano deste Orçamento: “Assegurar o apoio permanente nas deslocações necessárias à população mais vulnerável, nomeadamente para serviços de saúde, farmácias, correios e outros serviços essenciais, garantindo a autonomia e o acesso a cuidados indispensáveis.” .

Destacou ainda a prevenção da violência contra as mulheres que, infelizmente, continua a ser uma realidade também na Freguesia de Amora, a luta pela construção de um hospital público no Concelho do Seixal e de um novo Centro de Saúde na Cruz de Pau, ambas da responsabilidade do Poder Central.

Nas atividades económicas destacou a 3.ª fase de requalificação do Mercado da Cruz de Pau.

No comércio local referiu a continuidade das iniciativas “O Natal é no comércio local – você comprou, a Escola ganhou” e “Comércio con (m) vida” que considerou serem iniciativas muito agradáveis, que dão uma dinâmica alegre às ruas e onde se pode comprar no comércio local sem ser na correria do dia-a-dia.

Na segurança e proteção civil, mesmo extravasando competências no sentido da gestão que se faz do dinheiro, referiu o apoio aos Bombeiros de Amora e à PSP da Cruz de Pau. Inicialmente esse apoio traduziu-se na pintura das suas instalações e agora propõem fazer a remodelação da instalação elétrica. Estas propostas mostram que a Junta de Freguesia está atenta aos parceiros que com ela fazem a gestão do dia-a-dia da vida da Amora.

Na organização administrativa realçou a continuação da dinamização do “Balcão Digital”, facilitando o acesso dos fregueses a serviços, assim como o lançamento de uma nova aplicação, que permitirá participar em atividades dinamizadas pela Junta de Freguesia. Viram também com muito agrado e consideram muito positiva a disponibilização do acesso público à Internet.

Não podem também deixar de fazer referência às obras da responsabilidade do Governo: Construção do Hospital, contratação de médicos e alargamento do horário do SAP, prolongamento da Radial 10 até à Quinta da Princesa, construção do nó da A2 na zona do Muxito e requalificação ou construção de uma nova esquadra da PSP na Cruz de Pau.

Nenhuma organização existe sem a sua força principal e a Junta de Freguesia não é exceção. Desde o primeiro momento os trabalhadores estão no centro de todas as operações e ações. Registam, por isso, com muito agrado o cuidado e a atenção que este Executivo dedica aos seus trabalhadores, seja na sua formação contínua nas mais variadas áreas, na segurança e bem estar no trabalho, assegurando os exames médicos e avaliação de riscos nos diferentes locais de trabalho, assim como garantir o acesso aos assistente operacionais de vestuário, calçado e equipamentos de proteção individual adequados às suas funções. Registam ainda a melhoria dos vencimentos para os trabalhadores através da opção gestionária em que as progressões na carreira foram prioritárias para os trabalhadores com os vencimentos mais baixos. As organizações dependem dos trabalhadores e eles dependem das organizações. Nesse sentido, sempre que se constata que existe valorização das condições de trabalho, formação e equipamentos estão a dotar ambas as partes de meios para a realização de trabalho com qualidade e segurança. Os trabalhadores da Junta de Freguesia não estão só no centro, como são uma prioridade para este Executivo.

Pelo que acima expôs, os eleitos da CDU votarão favoravelmente este Orçamento, PPA e PPI.

Carlos Reis (PS/PAN) disse que a bancada do PS precisa de um esclarecimento relativamente à Comissão de acompanhamento do Aterro. Gostariam de saber onde é que esta Comissão irá ser formada, aprovada e por quem irá ser constituída.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos, respondeu que a Comissão a que se refere o eleito Carlos Reis foi criada pela CCDR. Reuniram uma vez, e nessa reunião o Presidente da mesma, que é o mesmo Presidente dos outros dezoito (18) aterros Municipais e Intermunicipais existentes no país, tinha como primeira proposta que a Junta de Freguesia de Amora e todos os Municípios representados (Almada, Moita, Montijo, Alcochete e Barreiro) aceitassem que as reuniões deixassem de ser anuais para passarem a

ser de três em três anos. A Junta e a Câmara tinham proposto que as reuniões se realizassem de seis em seis meses e por isso, obviamente, rejeitaram. Tinham também proposto que, de acordo com o regulamento da Comissão Europeia, fosse integrada na Comissão uma Coletividade e outra Junta de Freguesia situadas junto ao aterro. O certo é que não voltaram a reunir porque a Comissão foi extinta. É essa Comissão que pretendem reativar porque é fundamental para a Freguesia, uma vez que toda a população que vive no território da Amora sofre com o aterro.

Carlos Reis (PS/PAN) registou que para a CDU faz todo o sentido a existência de Comissões de Acompanhamento.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos, disse que, naturalmente, fazem todo o sentido as Comissões de Acompanhamento.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, teve a palavra para dizer que têm de distinguir aquilo que não é igual.

A Comissão de acompanhamento de que estão a falar não foi constituída no âmbito da Assembleia de Freguesia, foi constituída no âmbito do Ministério do Ambiente para acompanhar os trabalhos do aterro sanitário.

O Aterro deveria ter funcionado apenas até 2015, mas estão em 2025 e ele continua a funcionar e não está prevista a sua extinção para breve. Os Governos PS e PSD justificaram a extinção desta Comissão porque não conseguiam aguentar a pressão das populações. O Aterro é uma situação inenarrável e inadmissível. Não se justifica a sua continuação nas condições em que está a funcionar e, por isso, a Câmara requereu uma providência cautelar, cujo desenrolar desconhece.

Quando foi criado o Aterro o seu topo poderia ir apenas até ao nível das árvores, que foram plantadas para fazer de barreira circundante às casas que estão no Pinhal Conde da Cunha. No entanto, o que observam hoje em dia é que essa altura foi amplamente ultrapassada e no local existe uma “montanha”.

Existem também as Comissões ou Grupos de trabalho que são constituídas no âmbito da Assembleia de Freguesia e que também poderão ser constituídos com essa finalidade. As suas competências são no âmbito da fiscalização e têm uma função unicamente de recomendação, que depois pode ou não ser aceite e a Junta de Freguesia não tem de fazer parte da sua constituição.

Carlos Reis (PS/PAN) disse ter entendido que, para o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, é tão possível a constituição de uma Comissão de Acompanhamento em relação ao Aterro, como também é possível a constituição de Grupos de Trabalho, compostos pelos eleitos da Assembleia, para acompanhamento, por exemplo, das delegações de competências ou das Festas Populares. Assim terão de trazer novamente este assunto numa próxima Assembleia pois não compreendem o voto negativo da bancada da CDU à proposta que fizeram anteriormente, ainda mais com argumentos bem diferentes dos agora defendidos pelo Sr. Presidente da Mesa.

Não havendo mais intervenções a registar a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual das Ações (PPA) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2026, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, em minuta, com dez (10) votos a favor (CDU), dois (2) votos contra (AD) e oito (8) abstenções (CHEGA e PS/PAN).

Rui Gonçalves (CHEGA) teve a palavra para fazer uma declaração de voto oral.

Iniciou dizendo achar interessante e curioso o súbito distanciamento entre o PS e a CDU, quando o tema é Orçamento. Durante anos aprovaram Orçamentos e Governos do PS e agora queixam-se da limitação de Orçamento nas Autarquias.

O Partido CHEGA analisou o Orçamento com rigor e acham que ainda existem algumas situações que podem ser conversadas. Algumas das propostas do CHEGA foram acomodadas mas, ainda assim, consideram ser insuficiente. Assumem por isso uma abstenção crítica e responsável. Terminou dizendo que irão estar atentos à execução deste orçamento.

Carlos Reis (PS/PAN) leu e entregou à mesa uma Declaração de Voto a que corresponde o **Doc. 13, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Fábio Sousa (AD) leu e entregou à mesa uma Declaração de Voto a que corresponde o **Doc. 14, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

Deolinda Nunes (CDU) leu e entregou à mesa uma Declaração Política a que corresponde o **Doc. 15, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.**

c) Proposta para apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Amora para o ano de 2026 (a aprovar em Minuta).

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos relativamente a este documento disse não ter muito a dizer, está disponível para esclarecimento de qualquer questão que queiram colocar.

Fábio Sousa (AD) verificou que existe um incremento no pessoal de onze (11) para treze (13). Gostaria de perceber efetivamente quais serão as funções destes dois (2) novos elementos.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos esclareceu que um dos novos elementos irá exercer funções no cemitério e o outro irá para a serralharia, uma vez que o funcionário que estava anteriormente na oficina foi aposentado por invalidez.

Não havendo mais intervenções a registar o Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Amora para o ano de 2026, foi aprovado, em Minuta, por unanimidade com vinte votos (20) a favor (CDU, CHEGA, PS/PAN e AD).

d) Proposta para apreciação e votação da proposta de seguro dos eleitos para o quadriénio 2025/2029 (a aprovar em Minuta).

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio disse que anteriormente solicitou, através do apoio administrativo, as condições gerais e particulares da Apólice e as mesmas não lhe foram enviadas.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos disse que essa documentação já foi solicitada à Seguradora. Assim que a tiver na sua posse poderá fazer chegar a mesma aos eleitos.

Não havendo mais intervenções a registar o seguro dos eleitos para o quadriénio 2025/2029, foi aprovado, em Minuta, por unanimidade com vinte votos (20) a favor (CDU, CHEGA, PS/PAN e AD).

e) Proposta para constituição de Grupo de Trabalho para eventual revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio começou por dizer que o Regimento da Assembleia que está atualmente em vigor foi previamente distribuído pelos eleitos.

Entraram em período de revisão do Regimento, caso entendam que a mesma é necessária. Sugeriu por isso, que mais à frente, realizem uma reunião em que irão participar um ou dois representantes de cada força política para criar um Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento.

O Presidente da Junta de Freguesia – Nelson Ramos agradeceu a presença de todos e enalteceu a urbanidade com que decorreram os trabalhos. Apesar das divergência políticas existentes, cada um defende aquilo em que acredita, ressaltou o respeito que todos tiveram e fez votos que assim se mantenha até ao final do mandato.

Agradeceu novamente à direção do Clube Recreativo da Cruz de Pau, pela cedência das suas instalações.

Por fim, agradeceu aos trabalhadores da Junta presentes, pois só com eles foi possível a realização desta assembleia e a sua transmissão On Line em direto. Agradeceu também aos trabalhadores que não estavam presentes mas que também ajudaram a construir este orçamento e ajudam todos os dias a construir uma melhor freguesia, uma melhor cidade, uma melhor Amora.

Finalizou desejando a todos Boas Festas e um Feliz Ano Novo.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos, desejou um Feliz Natal e deu por terminados os trabalhos.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária:

Ata aprovada na 1.ª Assembleia de Freguesia Ordinária de 2026 realizada em 23.04.2026, por unanimidade, com quatorze (14) votos a favor. -----



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Rogério Manuel Da Silva Rodrigues, portador Cartão de Cidadão n.º 6330301 valido até _____, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de Junho de 2025.

Rogério Manuel Da Silva Rodrigues

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Albino João da Silva Marques, portador
Cartão de Cidadão n.º 4912846 válido até 8/8/2030, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Albino Marques

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Adolfo Oliveira Torres, portador
Cartão de Cidadão n.º 11034240 válido até 03/08/2031, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de dezembro de 2025.

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Deolinda Maria Flor Nunes, portador
Cartão de Cidadão n.º 6933012 válido até 07/03/2028, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Deolinda Flor Nunes
(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Amário Joaquim Casuarina Teles, portador Cartão de Cidadão n.º 04823343 valido até 16-7-28, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Amário Joaquim Casuarina Teles
(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, PATRICIA ALEXANDRA NEVES VINCENT, portador
Cartão de Cidadão n.º 11 96 98 97 válido até 23-05-2029, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

(Assinatura)

Patricia Vincent



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Miguel Fernando de Jesus Fitas, portador Cartão de Cidadão n.º 14413329 válido até 14/12/2028, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 19 de Dezembro de 2025.

Miguel Fitas

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Joana Filipa Mendes Ferro, portador Cartão de Cidadão n.º 14 65 30 10 válido até 03.08.2031, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de dezembro de 2025.

Joana Ferro
(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, LÍDIA ANTONIA LOPES ALMEIDA DUARTE, portador Cartão de Cidadão n.º 108 95428 válido até 22-09-2030, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de DEZEMBRO de 2025.

Lidia Antonia Lopes Almeida Duarte

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Joana Filipa Carvalho Braga, portador
Cartão de Cidadão n.º 30031553 válido até 26/04/2027, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.


(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Susana Rodrigues Sousa dos Santos Medeiros, portador Cartão de Cidadão n.º 11054695 válido até 15/06/2030 declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 10 de Dezembro de 2025.

Susana Medeiros

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Mário Miguel Lopes Simões, portador Cartão de Cidadão n.º 11561665 9ZX3 válido até 05/03/2030, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de dezembro de 2025.

Mário Miguel Lopes Simões

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Rui Gonçalves, portador
Cartão de Cidadão n.º 12102344 válido até 16/09/2029, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de DEZEMBRO de 2025.

Rui Gonçalves

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Carlos José Pezeta Almeida, portador Cartão de Cidadão n.º 12981795 válido até 2031, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de 12 de 2025.

Carlos Almeida

(Assinatura)



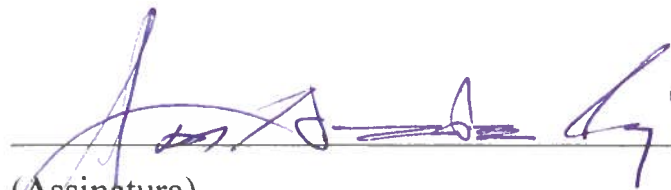
Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Carlos Manuel Silva dos Reis, portador Cartão de Cidadão n.º 10081186 válido até 26/06/29, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de FEVEREIRO de 2025.



(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Cristina Pereira dos Santos, portador
Cartão de Cidadão n.º 9492316 válido até 11/6/2031, declaro
para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada
vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os
dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade
Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins
anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente
necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer
suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do
consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Cristina Pereira dos Santos

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Joaquim Gomes Carvalho Padua, portador Cartão de Cidadão n.º 6442975 válido até 2029/11/30, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Joaquim Gomes Carvalho Padua
(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Telma Cristina Lopes de Lima, portador Cartão de Cidadão n.º 13830916 válido até 15-07-2031, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de dezembro de 2025.

Telma de Lima

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, FÁBIO ANARÉ ROSÁRIO SOUSA, portador Cartão de Cidadão n.º 12486832 válido até 2/10/2022, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Fábio Sousa

(Assinatura)



Assembleia de Freguesia de Amora

Declaração de consentimento de captação e difusão de imagem pessoal em suporte digital (Foto, Som ou Vídeo)

Eu, Miguel Filipe Gaspar Figueira, portador Cartão de Cidadão n.º 150 661 95 valido até 12/04/2026, declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais para atividades relativas ao exercício da **Atividade Institucional da Junta de Freguesia de Amora** e apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidades.

Mais declaro que não consinto a reprodução dessas imagens em qualquer suporte (papel, digital, vídeo) desde que não respeitem o âmbito do consentimento prestado.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

Miguel Figueira
(Assinatura)



ASSEMBLEIA FREGUESIA
AMORA
REUNIÃO DE 18/12/25
(ORDINARIA/EXTRAORDINARIA)

VOTAÇÃO

PRO
10 UNANIMIDADE

CONTRA 10 UNANIMIDADE

ABSTENÇÕES _____

APROVADO

REJEITADO

Proposta Orçamento

Requerimento

Moção

Saudação

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

J. Freguesia Amora (Executivo)

Assembleia de Freguesia

Declaração de Voto

Pesar

Data: 18 de Dezembro 2025

Bancada Partido Socialista na AF. Amora

*Com voto Qualitativo
e Rejeitado na*

Criação de uma Equipa de Acompanhamento das Negociações para a Delegação de Competências do Município para a Freguesia de Amora

*A.F.
Amora*

A Assembleia de Freguesia de Amora, reunida em sessão ordinária no dia 18 de Dezembro de 2025,

Considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, visando o reforço da autonomia do poder local e a melhoria da prestação de serviços públicos de proximidade;
2. A eventual delegação e transferência de competências do Município para a Freguesia deve salvaguardar o princípio da subsidiariedade e ser acompanhada da correspondente transferência dos meios financeiros, humanos e patrimoniais necessários ao seu adequado exercício;
3. O processo negocial entre o Município e a Freguesia assume particular relevância estratégica, com impacto direto na organização dos serviços, na sustentabilidade financeira da Freguesia e na qualidade do serviço prestado à população;
4. Compete à Assembleia de Freguesia, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador, acompanhar de forma informada e transparente este processo, garantindo a defesa dos interesses da Freguesia e dos seus habitantes;



Delibera:

1. Propor a criação de uma Equipa de Acompanhamento das Negociações para a Delegação de Competências do Município para a Freguesia, com natureza consultiva e de acompanhamento político-institucional;

2. Que a Equipa de Acompanhamento seja composta por:

Representantes da Junta de Freguesia;

Um representante de cada força política com assento na Assembleia de Freguesia;

Outros elementos técnicos ou institucionais, caso se revele necessário, mediante deliberação da Assembleia de Freguesia;

3. Que constituem objetivos da Equipa de Acompanhamento:

Acompanhar o processo de negociação entre o Município e a Freguesia no âmbito da Lei n.º 50/2018;

Analisar as competências a delegar, bem como os recursos financeiros, humanos e materiais associados;

Avaliar os impactos da delegação de competências na organização e funcionamento da Freguesia;

Emitir pareceres e recomendações aos órgãos da Freguesia;

Prestar informação regular à Assembleia de Freguesia sobre o andamento das negociações;

4. Recomendar à Junta de Freguesia que promova a articulação necessária com o Município, garantindo o acesso da Equipa de Acompanhamento à informação relevante para o cumprimento das suas funções.

A Assembleia de Freguesia delibera ainda que a presente moção, após aprovação, seja comunicada à Junta de Freguesia e ao Município de Seixal, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes.

Bancada do Partido Socialista

Telma Lima

Telma de Lima

N/Referência: 2025/12 – 002 – C.R. Cruz de Pau

Moção n.º 01 / 2025

Assunto: Moção Pela Transparência E Pelo Rigor Na Gestão Autárquica

Mandato: 2025 – 2029

Proponente: Eleitos Pelo Partido CHEGA

Exmo. Sr. Presidente da Mesa de Assembleia, respetivos membros de mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia, respetivos membros do executivo
Exmos. Sr.(s)/Sra.(s) membros da Assembleia

Preâmbulo

A transparência e o rigor na gestão dos dinheiros públicos, são pilares essenciais do Estado de Direito democrático e condições indispensáveis, da confiança entre eleitos e cidadãos.

Na Freguesia de Amora, a disponibilização clara, atualizada e acessível de informação sobre a execução orçamental, contratos, apoios e decisões administrativas, é necessária para garantir o escrutínio democrático, prevenir o clientelismo e promover uma administração autárquica eficiente e orientada para o interesse coletivo.

O Partido CHEGA entende que, a recuperação da confiança dos Amorenses, que há muito se foi, exige medidas concretas, com prazos e responsabilidades claras, que assegurem o acesso dos fregueses à informação relevante e a responsabilização dos órgãos executivos.

Considerandos

- O princípio da transparência está consagrado no artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa e encontra desenvolvimento na lei n.º 26/2016 (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos) e no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013);
- A disponibilização pública, sistemática e compreensível de informação sobre orçamentos, relatórios de contas, contratos e apoios, promove o escrutínio democrático e a participação cidadã;
- A prestação pública e regular de contas, acompanhada de auditorias independentes quando pertinentes, é ferramenta de combate à ineficiência, ao desperdício de recursos e ao favorecimento indevido;
- É dever dos eleitos exigir práticas de gestão abertas, responsáveis e sujeitas a mecanismos de verificação e participação.

Deliberação

Nestes termos e ao abrigo das competências legais da Assembleia de Freguesia de Amora, nós, eleitos do Partido CHEGA, abaixo-assinados, representando **4.672 eleitores Amorenses**, propomos que, esta assembleia delibere recomendar urgentemente ao Executivo da Junta de Freguesia de Amora, a adoção **inegociável**, das seguintes medidas concretas de transparência e rigor, com prazos e responsabilidades indicados:

1. Congelamento cautelar de projetos não essenciais
 - Suspensão imediata, por um período máximo inicial de **90 dias**, de projetos e obras, que não estejam comprovadamente enquadrados em necessidade premente, até avaliação de necessidade e viabilidade. O executivo deverá publicar, no prazo de **10 dias**, a lista dos projetos suspensos e os critérios utilizados.

2. Portal da transparência (prazo: implementação em **30 dias**)
 - Criação, no sítio oficial da Junta, de um **Portal da Transparência** de fácil acesso e linguagem clara, contendo, no mínimo:
 - a) Orçamento anual e eventuais revisões, com síntese explicativa;
 - b) Relatórios de gestão e contas, logo após aprovação;
 - c) Mapa detalhado de despesas e receitas, atualizado trimestralmente (com obrigação de publicação até **30 dias** após o encerramento do trimestre)
 - d) Publicação integral de contratos públicos celebrados (contratos, aditamentos e respetivos pareceres/justificações) e identificação dos adjudicatários;
 - e) Lista pública de apoios, subsídios e protocolos celebrados com associações, clubes ou particulares, com montantes, beneficiários e critérios de atribuição;
 - f) Informação clara sobre taxas e serviços (ex.: tabela de emolumentos para atestados), procedimentos e requisitos.

3. Auditoria externa independente (prazo: contratação em **30 dias**; relatório final em até **120 dias** após início)
 - Proceder à contratação, por procedimento concursado e imparcial, de auditoria externa e independente às contas e atividade patrimonial da Junta de Freguesia dos últimos **oito anos**.
 - O processo de seleção da entidade auditora, deverá ser divulgado publicamente e a auditoria deverá concluir com relatório final público, acompanhado de plano de ações corretivas quando aplicável.

4. Publicação histórica de apoios e atestados (prazo: **60 dias**)

- Disponibilizar no Portal, em formato pesquisável, o levantamento completo dos apoios financeiros, protocolos e contratos com associações, clubes e coletividades dos últimos **oito anos**, incluindo montantes e regulamentos.
- Publicar igualmente, relação dos atestados de residência emitidos nos últimos **oito anos**, com número total, eventuais tabelas de valores cobrados e requisitos exigidos.

5. Prestação de contas públicas e regulares

- Estabelecer sessões públicas, de prestação de contas conduzidas pelo Exmo. Presidente da Junta, com periodicidade **quinzenal** (de 15 em 15 dias) durante os quatro meses seguintes à aprovação desta moção, e, posteriormente, prestação de contas mensal, com transmissão online e participação para perguntas dos Amorenses e dos membros de Assembleia. Cada sessão deverá ser registada e arquivada no Portal.

6. Relatórios trimestrais e relatório anual de transparência

- Entrega à Assembleia de Freguesia, de forma regular, o relatório financeiro trimestral discriminando receitas, despesas, contratos e compromissos, para efeitos de informação e fiscalização.
- Publicação anual de um relatório de transparência que copile boas práticas adotadas, execução financeira, sustentabilidade orçamental, cumprimento das recomendações da auditoria e impacto das medidas implementadas.

7. Comissões de acompanhamento e responsabilização

- Criação, por deliberação da Assembleia, de uma Comissão de Acompanhamento (composta por representantes dos grupos na Assembleia) com a missão de verificar o cumprimento dos prazos e medidas aqui previstos, receber informação complementar e emitir pareceres públicos. A comissão deverá ser informada de todos os atos relevantes no prazo de **10 dias** e terá poderes para propor à assembleia medidas adicionais, incluindo a solicitação de intervenções de entidades de fiscalização superiores se for caso disso.

8. Transparência do processo de contratação e justificação de despesa

- Exigir a publicação, para cada contrato ou adjudicação, de uma justificação sucinta dos critérios de escolha e da análise custo benefício realizada, bem como a identificação dos responsáveis técnicos e administrativos pela decisão.

9. Calendário e responsabilidades

- Prazo de **10 dias**: publicação da lista de projetos suspensos. *(ponto 1)*
- Prazo de **30 dias**: implementação do Portal de Transparência. *(ponto 2)*
- Início da auditoria: até **30 dias** após a contratação; relatório final até **120 dias** após o início; abertura do procedimento público para contratação da auditoria externa. *(ponto 3)*
- Prazo de **60 dias**: publicação histórica de apoios e atestados dos últimos oito anos. *(ponto 4)*
- A Junta de Freguesia de Amora (Presidente e equipa executiva) é responsável pela execução das medidas; a Assembleia, através da Comissão de Acompanhamento, monitoriza e reporta o cumprimento.

N/Referência: 2025/12 – 004 – C.R. Cruz de Pau

Moção n.º 03 / 2025

Assunto: Valorização Da Educação E Promoção Do Sucesso Escolar Na Freguesia de Amora

Mandato: 2025 – 2029

Proponente: Eleitos Pelo Partido CHEGA

Preâmbulo

Nos termos regimentais e legais aplicáveis, os eleitos pelo Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia de Amora apresentam a seguinte Moção:

A educação é a base do futuro da Freguesia de Amora. Contudo, a realidade atual evidencia problemas persistentes de insucesso escolar, degradação das infraestruturas, falta de recursos e uma progressiva desvalorização do mérito, da disciplina e da autoridade educativa.

A ausência de uma estratégia local firme e exigente compromete o sucesso educativo e limita as oportunidades das crianças e jovens Amorenses, tornando necessário que a Assembleia de Freguesia assuma uma posição clara sobre esta matéria.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora, reunida em sessão, delibera:

1. Reafirmar a educação como pilar estratégico do desenvolvimento social da Freguesia de Amora;
2. Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia de Amora que assuma a educação como prioridade transversal da sua ação política;
3. Recomendar o reforço de medidas de apoio ao sucesso escolar e de combate ao abandono escolar, bem como a valorização do mérito dos alunos e do papel dos professores;
4. Recomendar a promoção da formação cívica e de cidadania, incluindo ações práticas de capacitação, nomeadamente em Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros;
5. Recomendar o envolvimento ativo das famílias e da comunidade educativa como fator essencial para o sucesso escolar e social dos jovens.

A Assembleia de Freguesia de Amora considera que a educação não pode continuar a ser adiada e que o futuro da freguesia se constrói com rigor, responsabilidade e exigência, a partir das suas escolas.

Amora, 18 de dezembro de 2025

Os eleitos do Partido Chega na Assembleia de Freguesia de Amora

Assinaturas

Sebastião Roldões
Mário Miguel Lopes Simões
Carla Almeida
Rui Gonçalves

N/Referência: 2025/12 – 003 – C.R. Cruz de Pau

Moção n.º 02 / 2025

Assunto: Prevenção De Consumo De Drogas E Bebidas Alcoólicas Na Juventude

Mandato: 2025 – 2029

Proponente: Eleitos Pelo Partido CHEGA

Preâmbulo

Considerando que:

- O consumo de drogas e de bebidas alcoólicas entre jovens representa um sério risco para a saúde, o sucesso escolar e a integração social;
- A prevenção, a informação clara e a sensibilização precoce são ferramentas fundamentais na promoção de escolhas saudáveis;
- As autarquias locais, em articulação com escolas, famílias e instituições da comunidade, têm um papel relevante na proteção da juventude;

Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora delibera:

1. Recomendar à Junta de Freguesia de Amora a promoção de ações de sensibilização e prevenção do consumo de drogas e bebidas alcoólicas dirigidas aos jovens;
2. Incentivar a colaboração com escolas, serviços de saúde, forças de segurança e associações locais no desenvolvimento dessas ações;

3. Apoiar iniciativas que envolvam pais, encarregados de educação e comunidade em geral, reforçando a prevenção e a deteção precoce de comportamentos de risco.

Conclusão

A Assembleia de Freguesia de Amora reafirma o seu compromisso com a promoção da saúde, do bem-estar juvenil e da coesão social, reconhecendo a prevenção como um investimento essencial no futuro da comunidade.

Amora, 18 de dezembro de 2025

Os eleitos do Partido Chega na Assembleia de Freguesia de Amora

Assinaturas

Susana Mezoirce
Mário Miguel Lopes Simões
Carina Almeida
Rui Gonçalves

BANCADA CDU - DECLARAÇÃO de VOTO

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia de Amora

A Bancada da CDU, deixa clara a sua posição no que se refere à votação contra a Moção apresentada pela Bancada do CHEGA, afirmando que o seu sentido de voto refere-se à fencção que o documento deixa, ou seja, mais uma vez se verifica a desresponsabilização, dos reais e directos responsáveis pelos comportamentos desviantes e de Consequencia.

A Junta de Freguesia de Amora, não pode ser chamada a executar acções e assumir responsabilidades que lhe são alheias, sendo estas últimas aqui hoje, já terem sido enovamente atribuidas a esta autarquia, por mais do que uma vez.

Face ao exposto a bancada da CDU confirma o voto Contra.

Amora, 18 Dezembro de 2025

A Bancada da CDU  



ASSEMBLEIA FREGUESIA AMORA	
REUNIÃO DE 18/12/25	
(ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA)	
VOTAÇÃO:	
FAVOR 10	UNANIMIDADE <input type="checkbox"/>
CONTRA 10	UNANIMIDADE <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÕES _____	
APROVADO <input type="checkbox"/>	
REJEITADO <input checked="" type="checkbox"/>	

Proposta Orçamento
Requerimento
Moção
Saudação

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

J. Freguesia Amora (Executivo)
Assembleia de Freguesia
Declaração de Voto
Voto de Pesar

Data: 18 de Dezembro de 2025

Bancada Partido Socialista na AF. Amora

*O voto de aprovação
do Presidente da
A.F. AMORA*

Constituição de um Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Festas Populares da Freguesia de Amora

A Assembleia de Freguesia de Amora, no exercício das suas competências e atribuições, reunida em sessão ordinária, propõe a seguinte moção, considerando que:

1. As festas populares da Freguesia de Amora constituem um importante momento de afirmação cultural, social e económica, envolvendo associações, comerciantes, moradores e visitantes;
2. A sua organização e realização têm impacto significativo na vida da freguesia, nomeadamente ao nível da mobilidade, segurança, ruído, limpeza urbana e utilização do espaço público;
3. A participação cívica, a transparência e o acompanhamento próximo por parte dos eleitos locais contribuem para a melhoria contínua da organização das festas e para a prevenção de conflitos ou constrangimentos;
4. É desejável assegurar uma articulação permanente entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal do Seixal, as forças de segurança, as associações locais, os comerciantes e a população em geral;

Nestes termos, a bancada do Partido Socialista propõe:

1. Propor a constituição de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento das festas populares da Freguesia de Amora;



2. Que o referido Grupo de Trabalho tenha como objetivos:

Acompanhar o planeamento, a realização e a avaliação das festas populares;

Recolher contributos das associações, comerciantes e moradores;

Identificar constrangimentos e apresentar propostas de melhoria;

Promover a articulação entre as diversas entidades envolvidas;

3. Que o Grupo de Trabalho seja composto, preferencialmente, por:

Representantes dos grupos políticos com assento na Assembleia de Freguesia;

Um ou mais membros do Executivo da Junta de Freguesia;

Representantes das associações locais envolvidas nas festas (quando aplicável);

4. Que as conclusões e propostas do Grupo de Trabalho sejam apresentadas à Assembleia de Freguesia, em tempo útil, para conhecimento e eventual deliberação;

5. Que a presente moção, após aprovação, seja remetida à Junta de Freguesia de Amora e à Câmara Municipal do Seixal para conhecimento.

Amora, 18 de Dezembro de 2025

O(s) Proponente(s),

Bancada do Partido Socialista

Cristina Santos



Assembleia Freguesia Amora

Moção: Assinalar e valorizar o 25 de Novembro de 1975 na Freguesia de Amora

Data: 18-12-2025

A 25 de novembro de 1975 ocorreu um acontecimento irrevogável na nossa história. Após a Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, fomos capazes de conquistar a liberdade tão almejada, pusemos fim a quase cinco décadas de ditadura, e permitimos a Portugal que entrasse num período de profunda transição política, social e institucional, marcado por tensão e incerteza quanto ao futuro da governação.

O 25 de novembro foi assim um momento decisivo na consolidação do processo democrático, ao permitir assegurar a estabilidade institucional e afirmar um modelo de democracia pluralista, representativa e assente num Estado de Direito, que perdura até aos dias de hoje. Trouxe-nos a normalização da vida política nacional e a criação das condições que possibilitaram a aprovação da Constituição da República Portuguesa e a realização de eleições livres e democráticas de 1976.

O 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 não são, de forma alguma, datas contrárias ou desassociadas, mas sim complementares. Se no dia 25 de abril conquistamos a liberdade e pusemos fim a uma ditadura, a 25 de novembro consolidamos essas conquistas, e conquistamos o estado pluralista e de direito que é, hoje em dia, uma norma.

Não há, logicamente, 25 de novembro sem o 25 de abril, e nunca teríamos consolidado a liberdade se antes não a tivéssemos conquistado. Mas não vivemos à custa das memórias curtas, e não governaremos a esquecer o passado

Assinalar o 25 de Novembro é, assim, contribuir para a preservação histórica do nosso percurso, vivendo e celebrando a liberdade, a democracia, o pluralismo e a convivência cívica e social. Num tempo em que a democracia não pode, nem deve ser tomada como adquirida, devemos relembrar o nosso percurso e transmitir aos jovens a importância dos momentos que moldaram o Portugal que hoje conhecemos e no qual vivemos.

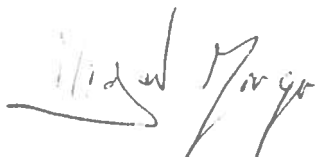
A Freguesia de Amora, enquanto espaço de cidadania ativa e de participação democrática, pode e deve contribuir para este exercício de memória e reflexão, valorizando a sua história e promovendo iniciativas que reforcem o conhecimento e o debate cívico.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora, reunida em sessão ordinária, delibera:

1. Promover a criação de um mural alusivo ao 25 de Novembro de 1975, a implantar em espaço público da freguesia, com carácter histórico e pedagógico, evocando a importância desta data para a consolidação da democracia em Portugal.
2. Propor à Câmara Municipal do Seixal a atribuição do nome "25 de Novembro" a uma artéria da Freguesia de Amora, como forma de valorização da memória histórica local e nacional.

Amora, 18 de dezembro de 2025,

Os Eleitos da Aliança Democrática



ASSEMBLEIA FREGUESIA AMORA	
REUNIÃO DE	<u>18/12/25</u>
(ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA)	
VOTAÇÃO:	
FAVOR	<input checked="" type="checkbox"/> UNANIMIDADE <input type="checkbox"/>
CONTRA	<input checked="" type="checkbox"/> UNANIMIDADE <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÕES	___
APROVADO	<input type="checkbox"/>
REJEITADO	<input checked="" type="checkbox"/>

Voto de Qualidade
do Presidente de
A. F. Amora



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA

SAUDAÇÃO

Voto de Saudação pelos 49 anos do Poder Local Democrático em Portugal

No passado dia 12 de Dezembro de 2025, assinalaram-se os quarente e nove anos do Poder Local Democrático, um marco que representa quase cinco décadas de proximidade entre as autarquias e as populações e de fortalecimento da democracia local em Portugal.

Foi a 12 de Dezembro de 1976 que se realizaram as primeiras eleições autárquicas livres e democráticas, dando início ao exercício efetivo do Poder Local Democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Desde então, o Poder Local tem permitido que as populações participem diretamente nas decisões que afetam o seu quotidiano, aproximando cidadãos e instituições e promovendo uma gestão local transparente, justa e eficaz.

Ao longo destes quarenta e nove anos, as autarquias locais desempenharam um papel decisivo no desenvolvimento social, económico e cultural do país, na coesão territorial e na prestação de serviços públicos de proximidade.

O Poder Local Democrático consolidou-se como um pilar essencial da democracia portuguesa e da participação cívica.

O Partido Socialista tem, desde a primeira hora, defendido e apoiado o Poder Local Democrático, reconhecendo-o como um instrumento fundamental para a concretização dos valores de Abril, para a proximidade entre cidadãos e instituições e para o fortalecimento de uma democracia participativa e inclusiva.

Os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia prestam assim homenagem a todos os eleitos locais, trabalhadores autárquicos e cidadãos que, ao longo de quase cinco décadas, contribuíram para consolidar e valorizar o Poder Local Democrático, reafirmando a sua importância para uma sociedade mais participativa e próxima das pessoas.

Considerando ainda que em 2026, por ocasião da efeméride dos cinquenta anos do Poder Local Democrático, a data deve ser assinalada com uma forte comemoração, envolvendo todos os eleitos locais, de forma a marcar de maneira ampla este importante marco histórico da democracia portuguesa.

Assim a Assembleia de Freguesia de Amora reunida em Sessão Ordinária, no dia 18 de Dezembro de 2025, delibera:

- 1 – Saudar os 49 anos do Poder Local Democrático, assinalados no dia 12 de Dezembro de 2025;**
- 2 – Reafirmar o compromisso com a democracia local e com um Poder Local forte, autónomo e ao serviço das populações;**
- 3 – Promover esforços junto à Câmara Municipal para que a celebração dos 50 anos do Poder Local Democrático, em 2026, envolva todos os eleitos locais;**
- 4 - Dar conhecimento da presente Saudação à Câmara Municipal do Seixal.**

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora



(Pedro Manuel da Silva Mogário)

- **Saudação apresentada pelo Partido Socialista (PS).**
- **Aprovada por unanimidade, com vinte (20) votos a favor (PS, CDU, CHEGA e AD).**



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA

VOTO DE PESAR

(Trágico falecimento de casal de idosos residentes em Fernão Ferro)

A Assembleia de Freguesia de Amora manifesta o seu mais profundo pesar pelo trágico falecimento do Sr. Raul e da Sr.ª Edviges, ambos com 88 anos, residentes em Fernão Ferro, vítimas da tempestade Cláudia, que atingiu a região com elevada violência, provocando graves danos humanos e materiais.

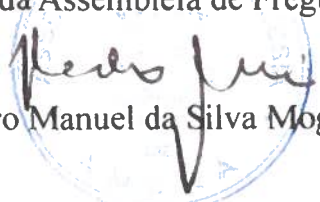
O falecimento deste casal, que ao longo da vida se distinguiu pela dedicação mútua, pelos valores familiares e pelo respeito comunitário, representa uma perda irreparável para os seus familiares, amigos e para toda a comunidade de Fernão Ferro, gerando um sentimento de profunda consternação e tristeza coletiva.

Neste momento de luto, a Assembleia de Freguesia de Amora expressa a sua solidariedade para com a família enlutada, apresentando as mais sentidas condolências, associando-se à dor e ao sofrimento causados por esta trágica ocorrência.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Amora delibera aprovar o presente Voto de Pesar, guardar um minuto de silêncio em memória do Sr. Raul e da Sr.ª Edviges, remeter o mesmo à família enlutada, bem como proceder ao seu registo em ata e à respetiva divulgação pelos meios oficiais da autarquia.

Amora, 18 de Dezembro de 2025

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora


(Pedro Manuel da Silva Mogárrio)

- Voto de Pesar apresentado pelo CHEGA
- Aprovado, por unanimidade, com vinte (20) votos a favor (CHEGA, CDU, PS e AD).



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA

SAUDAÇÃO

Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025

A Greve Geral do passado dia 11 de Dezembro demonstrou a força da luta organizada dos trabalhadores! Este momento de luta, que resultou de uma convergência na ação das duas centrais sindicais é o culminar de uma convergência na base, a partir dos locais de trabalho, do sentir quotidiano das reais e duras condições às quais os trabalhadores estão sujeitos.

Catapultada por uma proposta de alteração ao Código de Trabalho, ao qual o Governo e proponente destas alterações, chamou: Trabalho XXI. No entanto, o seu conteúdo, não é mais do que uma amálgama de direitos laborais do Século XIX.

Código do Trabalho que sofreu várias alterações ao longo do tempo, malgrado de sentido único, em que se vai esboroando o princípio mais favorável ao trabalhador, desde logo, a parte débil na relação entre trabalhador e empregador.

Surgem, no que vulgarmente se chamou de Pacote Laboral, propostas de alteração a mais de 100 artigos, sob a égide da competitividade e de um chapéu, sempre muito grande, ao qual se chama de flexibilidade no trabalho. Não fossem estes dois argumentos, latos, por si só o bastante para a classe trabalhadora desconfiar da proposta, ainda lhes acrescentaram ingredientes de malévolos intenção para a vida de quem vive do seu trabalho e que ano após ano, apesar de mais uns euros ao fim do mês, compra cada vez menos alimentos com o seu salário, sobrando mês ao ordenado que aufer, para fazer face às despesas de bens essenciais como habitação, alimentação, transportes, cuidados de saúde e despesas com educação para as famílias dos trabalhadores com filhos em idade escolar. Inaceitável o destino de empobrecer a trabalhar!

O Pacote Laboral mobilizou dois momentos de contestação nas ruas, 20 de Setembro com manifestações em Lisboa e Porto e 8 de Novembro em Lisboa, numa grande Manifestação, contando com mais de 100 mil pessoas. Trabalhadores de todas as áreas, setores público e privado, estudantes, reformados e com eles as suas famílias, juntando forças para lutar contra o ataque do capital sobre quem trabalha. Esta mobilização crescente, que a partir dos locais de trabalho levou a cabo centenas de reuniões e plenários sindicais, milhares de conversas e contactos entre a classe trabalhadora, serviram para a tomada de consciência da necessária convergência que o momento exigia. Contra o ataque brutal, GREVE GERAL!

No dia 11 de Dezembro de 2025 registámos uma forte adesão nos diversos sectores de atividade, uma forte convergência a partir da base e um apoio generalizado que obteve nas muitas manifestações de rua, constituindo uma enorme demonstração de força dos trabalhadores e uma indiscutível vontade de prosseguir a luta pela retirada do Pacote Laboral e contra a política de retrocesso social inscrita nas suas propostas.

O projeto antidemocrático que há muito tempo é perseguido pelas forças do capital, perpetuando a precariedade e embaratecimento do valor do trabalho é o projeto antidemocrático que o Governo AD protagoniza e que o CHEGA e a Iniciativa Liberal apoiam, com a intenção clara de privatização dos serviços públicos, desresponsabilizando o Governo das suas obrigações, que cada vez mais se coloca no papel de regulador e não de decisor. Faz leis, deixando as decisões nas mãos do mercado, filho de uma liberalização feroz que não atende a nenhuma necessidade social se a mesma não der lucro!

A Greve Geral demonstrou que os trabalhadores não se resignam perante estas intenções do Governo da AD, não aceitam que seja mantido o rumo de retrocesso social, do agravamento das desigualdades e do empobrecimento de cada vez mais famílias, do ataque às funções sociais do Estado, aos serviços públicos, à democracia e à soberana nacional. Exigem outro rumo no qual os trabalhadores sejam valorizados e estejam no centro de uma política de desenvolvimento e progresso, um rumo que defenda e reforce os serviços públicos e as funções sociais do Estado e que garanta uma vida digna para

todos os que trabalham e trabalharam, tendo como base os princípios e os direitos de Abril que a Constituição consagra e que têm de ser cumpridos.

A Greve Geral constituiu uma demonstração inequívoca de determinação para enfrentar e derrotar um Pacote Laboral cujo único objetivo é agravar a situação insustentável de baixos salários; promover os despedimentos sem justa causa; generalizar a precariedade; desregular de forma ainda mais profunda os horários de trabalho, promovendo o trabalho não pago; reduzir os direitos das mães e dos pais, base dos direitos das crianças; fragilizar a contratação coletiva; pôr em causa o direito de reunião, intervenção e informação sindical; limitar o direito à greve, arma decisiva para defender os direitos e a dignidade dos trabalhadores, e melhorar as suas condições de vida.

A Greve Geral traduziu-se numa exemplar jornada de coragem e resistência de grande significado, pois contribuiu para desmascarar as intenções do Governo, na promoção da desinformação, de demagogia e da mentira, no recurso ao velho arsenal de expedientes de pressão e chantagem usados pelo patronato sobre trabalhadores em muitos locais de trabalho: As manobras de substituição ilegal de trabalhadores em greve, a colocação de trabalhadores comprometidos com a luta em situação de folga para não contarem nos números de adesão à greve e o abuso de serviços mínimos para limitar o direito à greve e esconder os seus efeitos.

São aspetos que dão maior relevo à dimensão da Greve Geral e evidenciam que o Governo e os grupos económicos que representam não olham a meios para levar por diante a ofensiva antidemocrática.

A Greve Geral constituiu uma inquestionável afirmação de participação, força, dignidade e vontade de mudança, teve uma grande adesão dos trabalhadores, muitos dos quais a ela aderiram pela primeira vez e com significativo impacto em todo o País.

Foi evidente a participação de trabalhadores com vínculos efetivos e vínculos precários, de trabalhadores imigrantes, a participação destacada da juventude e das mulheres, uma forte expressão nos diversos sectores de atividade, na indústria, nos serviços, no setor público e no setor privado, com encerramento de empresas e paragens de linhas de produção.

O País não precisa e não quer o Pacote Laboral de regressão de direitos laborais e sociais e de repressão e eliminação dos direitos sindicais. O País precisa, sim, de outro rumo e outra política. Uma política onde os direitos de quem trabalha são uma condição e um objetivo de desenvolvimento.

Aumentar salários, combater a precariedade, valorizar a contratação coletiva, defender e reforçar os serviços públicos, garantir o direito à habitação, promover a produção nacional e o investimento público, é esse o rumo que se impõe.

O futuro do País está nas mãos dos trabalhadores e do povo, usando todos os direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra, com o prosseguimento e intensificação da luta pelos seus interesses e direitos, pelos valores de Abril no futuro de Portugal.

A Assembleia de Freguesia de Amora, reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de Dezembro de 2025 saúda:

1 – Os trabalhadores pela sua participação na Greve Geral e em particular os trabalhadores do Concelho do Seixal. Jornada de luta tanto mais significativa quando se verifica numa situação marcada pela precariedade, pelas dificuldades económicas, por inúmeras ameaças e ações repressivas.

2 – O movimento sindical unitário, em particular a CGTP-IN que tomou a iniciativa de avançar com a ação contra o Pacote Laboral e a Greve Geral anunciada na manifestação nacional de 8 de Novembro.

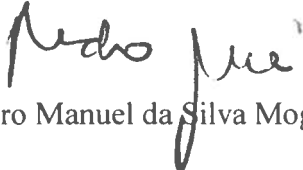
3 – As mais diversas estruturas e organizações que a ela se associaram, os milhares de dirigentes e delegados sindicais, as comissões de trabalhadores e outros ativistas que participaram de forma ímpar nas tarefas de esclarecimento e mobilização, em piquetes de greve nas suas empresas e locais de trabalho. Todas essas ações foram determinantes para o êxito desta grande jornada de luta dos trabalhadores e do povo português.

4 – A grande jornada de luta, esta força imensa demonstrada por quem trabalha, como aviso claro a todos aqueles que consideram que a voz dos trabalhadores não conta. Esta mesma força que dará expressão e continuidade às lutas que vamos travar, com confiança e de olhos postos num futuro de progresso e justiça social.

5 – A luta organizada dos trabalhadores! Que a partir dos seus locais de trabalho, não só contribuem diariamente para o desenvolvimento do país, como se organizam para defender os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora


(Pedro Manuel da Silva Mogário)

- **Saudação apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU)**
- **Aprovada com quatorze (14) votos a favor (CDU e PS) e seis (6) votos contra (CHEGA e AD).**



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA

SAUDAÇÃO

Ao XXVII (27º) Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Viana do Castelo, nos dias 13 e 14 Dezembro de 2025

Considerando que,

O Poder Local Democrático é uma marca identitária do 25 de Abril de 1974, e encontrou na Constituição da República Portuguesa, promulgada em 1976, o seu reconhecimento e consagração, positivando três tipos de autarquias locais, Freguesias, Municípios e Regiões Administrativas.

Os Municípios na sua reunião magna, identificaram medidas prioritárias como a nova Lei das Finanças Locais, o fortalecimento da autonomia local, o problema habitacional, e a necessidade da criação das Regiões Administrativas, eternamente adiada há cerca de 50 anos e essencial para o aprofundamento da descentralização administrativa, sendo instrumento fundamental para a promoção da coesão nacional e desenvolvimento integrado dos territórios.

Foi reiterada a proposta, no âmbito da tutela administrativa, de criação de uma entidade inspetiva exclusivamente dedicada às autarquias locais e a revisão do estatuto dos Eleitos Locais e a necessidade, urgente, de uma alteração profunda sobre o modelo de organização, a gestão e a valorização das carreiras da Administração Local, uma vez que a rigidez de apenas três carreiras gerais conjugada com todas as limitações ao nível da avaliação do desempenho e na evolução na carreira vêm prejudicando não só a atração, como também a retenção de talento na Administração Pública.

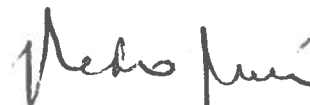
O Congresso pronunciou-se igualmente pela indispensabilidade de ser dada uma resposta cabal e definitiva ao grave problema do acesso à habitação, com a revisão dos programas habitacionais existentes e de outros instrumentos de execução de políticas públicas nesta área, acomodando, também, um modelo de financiamento municipal para a habitação, que envolve o Estado e a afetação de fundos comunitários a este fim.

Em face do exposto,

A Assembleia de Freguesia de Amora reunida ordinariamente no dia 18 de Dezembro de 2025, no Clube Recreativo da Cruz de Pau, delibera saudar o XXVII (27º) Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Viana do Castelo, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2025 e tornar extensiva esta saudação a todos os Municípios Portugueses.

Amora, 18 de Dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora



(Pedro Manuel da Silva Mogário)

- **Saudação apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU)**
- **Aprovada por unanimidade, com vinte (20) votos a favor (CDU, PS, CHEGA e AD).**

Os eleitos do **Partido Socialista** na Assembleia de Freguesia de Amora optaram pela **abstenção** na votação do Orçamento da Freguesia para o ano 2026

O Partido Socialista compreende o trabalho desenvolvido pelo Executivo da Junta de Freguesia na elaboração deste documento bem como o esforço para tentar garantir a estabilidade financeira da autarquia e a continuidade dos serviços prestados à população da Amora, nomeadamente nas áreas de proximidade

No entanto, entendemos que o orçamento agora apresentado revela **limitações em termos de ambição e planeamento estratégico**, não refletindo de forma suficientemente clara, algumas das prioridades que o Partido Socialista considera fundamentais para o desenvolvimento equilibrado e sustentável da freguesia.

Persistem ainda reservas quanto à afetação de recursos a determinadas áreas, bem como à falta de maior detalhe e fundamentação em algumas opções orçamentais.

Também foi considerado, a continuidade para o novo mandato, de um conjunto de delegação de competências, sem que tenha existido qualquer explicação sobre o modelo e verbas.

Apesar destas reservas, o Partido Socialista considera que o documento não reúne razões que justifiquem um voto contra, mantendo-se, contudo, a necessidade de introduzir melhorias ao longo do exercício orçamental, através de uma gestão mais participada, transparente e orientada para as reais necessidades da população.

Assim, a abstenção do Partido Socialista representa uma posição de **responsabilidade, sentido institucional e disponibilidade para o diálogo**, reafirmando o compromisso de acompanhar a execução do orçamento e de contribuir construtivamente para a melhoria das políticas locais em benefício da Freguesia de Amora e da sua população.



Assembleia Freguesia Amora

Orçamento: Declaração de voto

Data: 18-12-2025

A Aliança Democrática vai continuar a cumprir, neste mandato, o que tem vindo a prometer aos seus eleitores e a todos os Amorenses nos últimos anos, e o qual reiterou neste último ato eleitoral de 2025: ser uma alternativa aos consecutivos executivos CDU. Neste sentido, não podemos, ao contrário de outros, simplesmente rasgar o contrato de confiança em nós ou esquecer aquilo que anunciamos e prometemos, pois isso seria trair a confiança daqueles que nos depositaram o seu voto.

Desta maneira, faz parte do nosso dever enquanto eleitos, analisar e escrutinar, o orçamento, o plano plurianual das ações e plano plurianual de investimentos, transmitindo o nosso parecer, mesmo que este não agrade a todos. Em democracia, não temos de estar sempre todos em acordo; temos sim de nos saber respeitar nas diferenças que temos, por isso uma nota pela inclusão de algumas das nossas propostas em sede de orçamento.

Após uma análise dos documentos apresentados e sendo este orçamento o primeiro deste mandato, onde deveria estar contemplada a estratégia para os próximos anos, verifica-se um orçamento com a perspetiva populista do costume, sem ambição para projetos inovadores.

Continuamos perante uma ausência de investimentos estruturais que possam contribuir para o dinamismo da freguesia, estando subscritos a uma freguesia de manutenção, a uma realidade onde se fala muito em prevenção, mas na prática com muita reação.

Estamos, mais uma vez, perante um orçamento muito focado na gestão corrente. Do 1.856.221€ apresentado no total da despesa, 1.459.000€ são para gestão corrente, sobrando apenas 397.221€ para novos desenvolvimentos, ou seja 21,1%. Podemos dizer que este valor é manifestamente pouco para uma freguesia como a nossa, é um facto, mas a pergunta que se coloca é: onde vamos aplicar esta verba? A resposta aqui é clara – maioritariamente, vamos investir em requalificação do espaço público e estacionamento. Por outras palavras, renova-se o executivo, mas no final do dia continuamos a ter “mais do mesmo”.

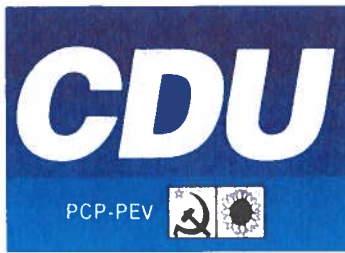
Mencionar também a reincidente inscrição de algumas obras que, ano após ano, são colocadas em sede de orçamento, onde este executivo ou os anteriores não tiveram a capacidade de as materializar ou bater-se pelas mesmas nos órgãos próprios - leia-se Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Governo de Portugal.

Mencionar aqui a nossa proposta para a requalificação das piscinas de Amora, da responsabilidade da Câmara Municipal e qual não foi incluída em sede de orçamento na parte das obras de responsabilidade do município.

Questionamo-nos, também, se é desta que finalmente vão ser concluídas as obras de requalificação do mercado da Cruz da Pau, cuja primeira fase começou em 2016. Fazendo simples cálculos, já estamos quase a atingir 10 anos na requalificação de um simples mercado. Caso para dizer que com a CDU falta trabalho realizado!

Face ao exposto, os eleitos do PSD votaram contra o Orçamento, o Plano Plurianual das Ações e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2026.

Amora, 18 de dezembro de 2025,
Os Eleitos da Aliança Democrática



Declaração Política Assembleia de Freguesia de Amora

Realiza-se hoje a última Assembleia da Freguesia de Amora do ano 2025 e a primeira ordinária do novo mandato.

Foi um ano de trabalho, luta, dificuldades, incremento das assimetrias sociais, aumento no pedido de apoios para supressão das necessidades básicas, em particular na procura de habitação e alimentação, entre outras problemáticas, onde se incluem as já expectáveis da gestão corrente, e a todas elas o nosso Executivo e os trabalhadores da nossa Junta de Freguesia tiveram de dar resposta, de forma assertiva e que contribuísse para colmatar as reais e imediatas necessidades.

Há dois meses fomos eleitos pelos eleitores Amorenses, a fim de desenvolvermos um trabalho que proporcione à nossa freguesia e fregueses, uma maior e melhor qualidade de vida.

No balanço que efetuamos, é visível que muito trabalho tem sido desenvolvido e se continua a desenvolver, mas também é perceptível que o acréscimo das problemáticas sociais inerentes à situação socioeconómica nacional que se vem agudizando para o povo e os trabalhadores, tem alterado o modo de vida de muitos dos nossos fregueses, lamentavelmente para pior, o que tem forçado o Executivo a deslocar recursos para responder a estas situações, que são prioritárias, o que poderá limitar a execução de trabalhos previamente programados.

Os desafios com que o nosso Executivo, os trabalhadores e todos nós nos deparamos, chegam das mais diversas formas.

O compromisso que assumimos quando somos eleitos tem de ser cumprido. A nossa principal missão é promover a qualidade de vida dos Amorenses, mas a celeridade necessária para atingir esse objetivo tem sido prejudicada devido aos constrangimentos emergentes, que têm sido variados e diversificados, recorrentes maioritariamente do incumprimento da administração central no âmbito das tomadas de decisão e políticas públicas aplicadas.

Para além das agudizantes problemáticas de cariz bélico e financeiro internacional, o aumento exponencial do custo de vida, dos combustíveis, da inflação, a degradação dos serviços públicos, como por exemplo o acesso à educação e à saúde, devido à ausência de investimento, a inexistência de controlo na especulação imobiliária, entre outros, só vieram aumentar as nefastas condições sociais em que muitos dos nossos fregueses já se encontravam.

Foram e são diversas as variáveis sociais e económicas às quais estamos sujeitos, que remetem para a relevância desta assembleia no sentido da continuidade do trabalho do Executivo e dos trabalhadores desta autarquia em prol dos fregueses que em nós confiaram, pois hoje aprovámos o Orçamento para 2026.

Assim, conseguimos garantir aos nossos fregueses, às instituições e a todos os que de alguma forma fazem parte da nossa freguesia, incluindo os nossos parceiros na comunidade, que podem continuar a contar connosco, porque enquanto cidadãos e eleitos responsáveis que somos, aprovámos o Orçamento que nos permite continuar a investir na prestação de melhores condições de vida e dar apoio e resposta às suas necessidades.

Face aos tempos conturbados que atravessamos, é imperativo ter os meios para dar uma resposta rápida e eficaz aos problemas, por parte do nosso executivo, que com muito trabalho, competência e solidariedade tem conseguido chegar a uma enorme franja da população Amorense e assim colmatar muitas das suas necessidades.

Queremos acabar, com uma palavra de agradecimento ao executivo pelo trabalho desenvolvido e a todos os trabalhadores e trabalhadoras, que de alguma forma contribuíram para a boa execução e funcionalidade das nossas assembleias e trabalho.

A todos desejamos boa saúde e um excelente ano 2026.

Os eleitos da CDU

Amora, 18 de dezembro de 2025